



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

Ata n.º 4/2021

Sessão Ordinária de 30 de Abril de 2021

Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e um, pelas 21 horas e onze minutos, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

----- Lista de Presenças:-----

-----  
**23 Deputados Municipais do PS-** Hugo Miguel Guerreiro Nunes (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Adriana Cavaco Guerreiro (em substituição de Vitor Cristiano da Piedade Ferreira), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira (em substituição de Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

-----  
**9 Deputados Municipais do PSD-** Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Ricardo Manuel Casanova Lampreia, João Manuel Guerreiro da Conceição, Bárbara Maria do Amaral Correia, Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa (em substituição de Duarte José de Sousa Duarte), Cláudio Filipe Simão de Lima (em substituição de Sebastião Francisco Seruca Emídio), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salar) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Rogério Rochinha Jesus Ferreira (em substituição de Carlos José da Silva Martins);-----

Também estiveram presentes o Presidente da Câmara, Vítor Aleixo, e os Vereadores, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias e José Graça.-----

Estiveram ausentes:-----

O Vice-Presidente, Pedro Pimpão e o Vereador Horácio Piedade.-----

O Deputado Independente, Fernando Domingos dos Santos, informou previamente o Presidente da Assembleia Municipal, que não iria participar na reunião.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os Deputados Municipais do PS, Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, tendo o mesmo sido substituído por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira.-----

A Deputada Joana Guerreiro da Conceição, faltou não tendo apresentado justificação.-----

O Deputado Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, faltou não tendo apresentado justificação, tendo sido substituído por Adriana Cavaco Guerreiro.-----

Os Deputados Municipais do PSD, Sebastião Francisco Seruca Emídio, tendo o mesmo sido substituído por Cláudio Filipe Simão de Lima e Duarte José de Sousa Duarte, tendo o mesmo sido substituído por Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa.-----

O Deputado Municipal do BE, Carlos José da Silva Martins, tendo o mesmo sido substituído por Rogério Rochinha Jesus Ferreira.-----

Para coadjuvar os trabalhos na mesa, nas funções de 2ª Secretária, foi solicitada a colaboração da senhora deputada Maria José Botelho da Palma Bento Vasques.-----



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ**

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de trabalhos:-----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

1-Intervenção do Público;-----

2-Aprovação de Atas;-----

3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

4-Período de Antes da Ordem do Dia;-----

5-Moções;-----

6-Período da Ordem do Dia;-----

a)- **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;**-----

b)- **Proposta 16/2021- Deliberação relativa à Aprovação da 2.ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 2.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 2.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 2.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, nos termos previstos na alínea a) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 550-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

c)- **Proposta 17/2021- Deliberação relativa à Assunção de Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, conforme estabelecido na alínea c) do n.º1 do artigo 6.º da Lei n.º8/2012, de 21/02, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 554-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

d)- **Proposta 18/2021- Deliberação relativa à Não-Aceitação da Transferência de Competências para o ano de 2021, no âmbito do Decreto-Lei n.º 50/2020 de 12 de Agosto, que prevê a transferência das competências para os órgãos Municipais e das Entidades Intermunicipais, no domínio da Ação Social. Não concordância com o Projeto de Mapa que contém os elementos**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

financeiros associados à transferência de competências; [Proposta da Câmara Municipal n.º 694-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

e)- Proposta 19/2021- Deliberação relativa à Aprovação da 3.ª Alteração ao Acordo de Execução relativo a transferências de verbas para a Junta de Freguesia de Alte, no valor anual de 49.394,70€ (quarenta e nove mil, trezentos e noventa e quatro euros e setenta cêntimos), no âmbito da Delegação de Competências, para o mandato de 2018-2021, nos termos do disposto na alínea m) do n.º1 do art.º33.º da Lei n.º75/2013 de 12/09; [Proposta da Câmara Municipal n.º 288-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

f)- Proposta 20/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Acordo de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Alte, no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de Abril; [Proposta da Câmara Municipal n.º 289-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

g)- Proposta 21/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Alte; [Proposta da Câmara Municipal n.º 602-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

h)- Proposta 22/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de S.Clemente; [Proposta da Câmara Municipal n.º 603-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

i)- Proposta 23/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de S.Sebastião; [Proposta da Câmara Municipal n.º 604-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

j)- Proposta 24/2021- Deliberação relativa à Aprovação da 5.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo a transferências de verbas para a Junta de Freguesia de Quarteira, no âmbito da Delegação de Competências para o mandato 2018-2021, no valor de 1.688.017,66€ (um milhão, seiscentos e oitenta e oito mil, dezassete euros e sessenta e seis cêntimos), nos termos do disposto na alínea m) do n.º1 do art.º33.º da Lei n.º75/2013 de 12/09; [Proposta da Câmara Municipal n.º 698-2021] (plataforma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

smartgov.cm-loule.pt);-----

k)- Proposta 25/2021- Deliberação relativa à Aprovação da 2.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo a transferências de verbas para a Junta de Freguesia de Alte, no âmbito da Delegação de Competências para o mandato 2018-2021, no valor de 259.650,00€ (duzentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta euros), nos termos do disposto na alínea m) do n.º1 do art.º33.º da Lei n.º75/2013 de 12/09; [Proposta da Câmara Municipal n.º 699-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

l)- Proposta 26/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Quarteira; [Proposta da Câmara Municipal n.º 700-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

\* Por razões de segurança e saúde pública, devido à pandemia COVID19, esta Sessão não contará com a presença de público.

Os pedidos de intervenção no Período do Público devem ser remetidos antecipadamente ao Presidente da Assembleia Municipal, até às 14h00 do dia 30 de Abril, por email para: aml@cm-loule.pt, por forma a que sejam apresentadas no referido ponto, as intervenções d público serão comunicadas aos coordenadores dos vários grupos municipais e ao Presidente da Câmara, se e, quando formalizarem questões concretas sobre a atividade da Câmara Municipal.

Esta Sessão será transmitida em direto, no dia 30 de Abril de 2021, pelas 21 horas, no canal YouTube do Município de Loulé.

Foram iniciados os trabalhos-----

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:-----

1 - Intervenção do Público;-----

Foi feita a leitura do email enviado pela cidadã **Marna Edwards**, que se dirige à Doutora Heloísa Madeira e Doutor Vítor Aleixo. Tive conhecimento dos vossos nomes como alguém que me podia ajudar na evolução do nosso pedido de licenciamento da remodelação para a nossa casa. Mudamo-nos para o Algarve em 2017 vindos da Austrália. Temos nacionalidade britânica e australiana, tendo vivido na Austrália durante 20 anos. Compramos uma casa em setembro de 2018, a casa precisava de uma renovação extensa, quando a compramos, mas gostamos





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Aquando da recente comemoração do 91.º Aniversário do Cineteatro de Loulé realizou-se um espetáculo com artistas convidados e com assistência significativa, dando-nos o conforto que a situação COVID-19 está controlada. Comemora-se, hoje, o 25 de Abril, o dia da Revolução dos Cravos, o dia da conquista da liberdade que sinceramente muito saúdo. Exorto hoje o poder político a repor já para 30.04.2021 o normal funcionamento da Assembleia Municipal permitindo assim aos munícipes em local próprio exporem os seus problemas, as suas dificuldades e que encontrem solução na ação do Executivo. Exorto assim o poder político de Loulé nesta data tão emblemática a repor os valores de Abril. Viva a liberdade, viva o 25 de Abril, atenciosamente José Neves. Ainda em nota de rodapé diz: "sendo possível gostaria de estar presente com a minha esposa na sessão de 30", portanto, faz um apelo para que hoje, se assim fosse, pudesse estar presente para usar da palavra.-----

Seguiu-se a leitura do email enviado pelo **cidadão José Martins** que diz, "boa tarde, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, Doutor Hugo Nunes, é minha vontade que este e-mail que enviei em baixo para a Câmara Municipal de Loulé em 29 de fevereiro de 2020 seja lido numa Assembleia o mais breve possível. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Doutor Vítor Aleixo, desejava de saber em relação ao assunto alteração do acesso ao memorial pela Câmara Municipal de Loulé que correu mal, processo 463/12 Câmara Municipal de Loulé, obstruindo desde 2011, pelo menos, as propriedades atualmente minhas e do meu irmão, Artigos U1304 e R1537, teve algum desenvolvimento desde o nosso encontro casual no Mercado de Loulé há cerca de um ano onde lhe expus pessoalmente esta situação em que na companhia do seu Adjunto ficou de verificar. Lembro que, conforme os anexos, a planta topográfica" 1-200 cartas 30 e 31, "planta antiga onde está bem demonstrado o acesso original e memorial e o público, pois servia para além das duas propriedades da minha família, outro vizinho, a planta topográfica atual, sendo o segundo anexo, que aparece atualmente nas plantas de localização no site da Câmara Municipal de Loulé, onde está erradamente representado um acesso pertencente ao meu vizinho, que não serve as minhas propriedades e do meu irmão, que estão marcadas a risco cor-de-rosa", e refere ainda com o nr. 02-06-2016-OBP NOT 3584 que depois faremos chegar ao Presidente da Câmara, "um terceiro anexo que se trata de um parecer que recebeu da Câmara Municipal de Loulé, onde na página 10, está bem representado o caminho existente e o proposto pela Câmara Municipal de Loulé, que nunca chegou a ser aberto, apenas está no papel. Devido a estes erros já relatados várias vezes onde a Câmara Municipal desde 2012 até 2016 nada ter feito na prática, a não ser pareceres em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

papel, fomos obrigados a colocar um processo no Administrativo contra a Câmara Municipal", e que também o processo administrativo contra a CML 264/16, que depois também faremos chegar ao Senhor Presidente. Continua por dizer, "acho uma falta de respeito que a Câmara Municipal de Loulé ter prejudicado uma família devido, penso eu, a erros que acontecem a quem trabalha e nada ter feito para os corrigir, empurrando o assunto para os tribunais comuns, conforme um dos vossos pareceres.-----

Mais uma vez espero que o Senhor Presidente tenha a atenção por mim e por este assunto demonstrado no nosso encontro casual no Mercado há cerca de 1 ano e faça mais alguma pressão no bom sentido de forma a resolver este grave problema para o património que pertence a mim e ao meu irmão, tal como o de um monte e uma casa de habitação sem condições de acesso para as devidas limpezas, causando perigo para a comunidade. Mais informo que a minha vontade imediata, assim que tiver o acesso a este património resolvido, restaurar de imediato a casa e o monte trazendo mais valias para o concelho de Loulé.-----

Posteriormente foi feita a leitura do email enviado pelo **cidadão Nils Leffler**: "Dear Ana Cristina, I have received your name from a friend who you had help recently, Marna Edwards. I have sign up to participate remotely at the meeting this Friday and I would like to present my case, project 55/20" I'm a 76 old man who has decided to build my final home here in São Clemente. For this purpose, I bought a piece of land in 2019 and started the process of applying for a building permanent. The following has so far happened", cita em baixo o número do projeto e localização Serra do Mocho, São Clemente, submitted by the Architect Firm SMS, on Monday, 9th of February 2020 and confirmed the following day by Gisela Márcia Soares Gomes Santos. The project was reviewed in October 2020 at which time minor modifications were required. On 30th of November 2020 these modifications were submitted by SMS. No word from the Council since then. I would like to know what I can do to get the permission to build my final home. What has blocked any progress since November submission? I very much appreciate your help in finding answers to these questions."-----

Seguidamente foi feita a leitura do email remetido pela **cidadã Maria Helena Romão Pires**, "Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, Doutor Hugo Nunes, eu, Maria Helena Romão Pires, como munícipe e cidadã venho a esta Assembleia Municipal de Loulé expor e perguntar sobre 4 assuntos que gostaria de ver esclarecidos e que peço a vossa atenção.-----  
Número 1, quero comunicar e alertar a Assembleia Municipal de Loulé e a Câmara Municipal de Loulé para a pretensão por parte de novos proprietários que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

compraram recentemente propriedades urbanas e rústicas no sítio do Almarjão, União de Freguesias Querença, Tôr e Benafim, em querer impedir o acesso a proprietários às suas residências e propriedades rústicas e urbanas e pretender fazer furos de água ilegais só com o intuito de resolver o problema de não haver água canalizada e esgotos no local e conseguir revalorização imobiliária com o intuito de ter luz e construir quando está proibido fazer furos e nós os moradores estamos preocupados porque não temos suficiente água, nós quanto mais furos fizerem informo às entidades que os nossos poços e noras não têm água suficiente e não vamos permitir que as pessoas que pensam que têm dinheiro podem fazer tudo o que quiserem sem respeitar o espaço rural em espaço da RAN e Rede Natura 2000.-----

No meu alojamento local em espaço rural os clientes ingleses, alemães e franceses vêm à procura de paz e sossego. Com o decorrer de possíveis obras em ruínas e casas próximas preocupa-me que essas obras sejam feitas ao fim-de-semana e no mês de julho e agosto e seja um incómodo a nível de ruído para os meus clientes, tendo eu um alojamento local registado em espaço rural. Perguntas: podem fazer obras ao fim-de-semana e quais as horas de obras aos dias de semana? Podem fazer obras em julho, agosto junto de alojamentos turísticos registados com o meu nome? Podem fazer furos de água? Podem cortar caminhos ou impedir o acesso aos proprietários de casas e propriedades agrícolas e florestais? Podem estabelecer-se estaleiros e lixos de obra em espaços RAN e Rede Natura 2000?-----

O segundo ponto, tendo conhecimento de muitos casos de problemas com caminhos e acesso a terrenos em todas as freguesias em relação a acesso de caminhos públicos e privados a propriedades rústicas e urbanas, um problema que existe por todo o concelho de Loulé com esclarecimento de definições de caminhos de acesso a propriedades rústicas e privadas, caminhos rurais registados ou não por falta de cadastro por parte da edilidade ou falta de parecer da RAN e REN e outros registos de outros organismos sendo caminhos que já existem desde há muito tempo e marcados nas plantas militares e plantas de localização da Câmara Municipal de Loulé e que muitas vezes os cidadãos têm de recorrer às autoridades judiciais porque se está a criar uma cultura popular de que cada quem faz o que quer em favor de si próprio, sem respeitar os direitos dos outros em matérias de caminhos existentes e de acesso às suas propriedades e o estipulado na Legislação portuguesa, muitas vezes as imobiliárias ao vender dão informações erradas só com o intuito de vender. Outros proprietários abrem valas para impedir a passagem e que os caminhos deixem de ser usados ou instalam vedações com licença ou sem licença vedando o passo às propriedades agrícolas e florestais, etc., e os terrenos agrícolas ficam



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

sem acesso impedindo aos proprietários de terem meios de levar um trator para limpar os seus terrenos e muitos terrenos estão encravados sem acesso. Pergunta: a Câmara Municipal de Loulé poderá criar uma comissão com todas as entidades intervenientes em termos de caminhos e acesso em espaços rurais em RAN e REN com uma representação permanente dos militares que levam os registos dos caminhos e de todas as entidades em matéria de ordenamento do território, segurança contra incêndios, ICNF, REN, DRAP, Alg - RAN, e uma entidade judicial de direito na matéria para poder regulamentar todas estas matérias a nível jurídico, adaptando à realidade do concelho de Loulé e com quilómetros e quilómetros de caminhos e acessos a propriedades rústicas, agrícolas e florestais?-----

A pergunta seguinte, existe a possibilidade de poder definir com os proprietários os limites, larguras, categorias e classificação dos caminhos no concelho como caminhos rurais de ligação, caminhos agrícolas, caminhos tipo 1 principal, caminho tipo 2 secundário, etc., seguindo a legislação existente e definir os existentes por antiguidade ou os que foram construídos posteriormente com ou sem pareceres da RAN ou da REN e os seus caminhos antigos que foram tapados, impedidos, entulhados ou desviados por estes problemas que estão a acontecer um pouco por todos os lados e existe a necessidade de serem tratados e resolvidos pelo bem dos munícipes?-----

A pergunta seguinte, o concelho de Loulé tem regulamento nesta matéria que conjugue todas as matérias jurídicas do foro ambiental, urbanístico, vias públicas, vias rurais e agrícolas e florestais que defina toda esta matéria em espaço rural do concelho de Loulé? E se não o tem poderá fazê-lo para que os problemas derivados com problemas destas matérias não se arrastem no tempo no concelho de Loulé?-----

Pergunta seguinte, em relação a terrenos encravados ou sem acesso, o que é que pode a Câmara Municipal resolver ou tratar de resolver a falta de acesso de terrenos encravados e qual a vossa posição em relação a este assunto?-----

A pergunta seguinte, um proprietário que não tenha meios económicos de limpar o seu terreno pode ter algum tipo de ajuda a preços acessíveis para limpar o seu terreno com a ajuda da Câmara Municipal de Loulé ou outra instituição?-----

A pergunta seguinte, para limpar um terreno em espaço de Reserva Ecológica Nacional tem de pedir licença ao ICNF e outros organismos antes de limpar o terreno?-----

Ponto 3, a segurança pública é muito importante para o nosso concelho e para o Algarve, assim como a saúde, em tempos que os cidadãos necessitam de mais segurança em Loulé e no Algarve. Loulé vai ter o Comando Distrital da GNR, para bem da cidadania de Loulé e do Algarve, Loulé tem um Tribunal dos mais grandes



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

do Algarve existindo a necessidade de estabelecimentos prisionais no Algarve só existindo em Faro, Olhão e Silves. Pergunta, poderá a Assembleia Municipal de Loulé e a Câmara Municipal de Loulé estabelecer entendimento e colaboração ao protocolo com o Ministério da Justiça, Ministério da Administração Interna e Direção-Geral de Reintegração dos Serviços Prisionais para poder construir no concelho de Loulé um estabelecimento prisional, como bem ou obra de interesse público em prol do funcionamento das instituições judiciais e garantias da segurança e da justiça do Estado português no nosso concelho de Loulé e do Algarve? Um estabelecimento prisional no concelho de Loulé para além de ser um equipamento necessário e em falta no concelho de Loulé, é de interesse para o Algarve. Geraria muitos empregos e contribuiria em muito para o desenvolvimento económico do concelho.-----

A pergunta seguinte, poderá o Senhor Presidente considerar em bem esta proposta perante as entidades de Segurança e de Justiça da República Portuguesa?-----

Ponto 4, tendo conhecimento de que muitos munícipes idosos não têm cartão de cidadão e cidadãos estrangeiros que têm vindo a viver para o concelho de Loulé e que não têm assinatura eletrónica para tratar qualquer assunto na Câmara Municipal de Loulé e que não sabem falar português, nem têm acesso à internet para tratar de assuntos na Câmara Municipal de Loulé ao pedir informações por telefone em inglês ou francês, porque muitos funcionários da Câmara não falam inglês, por exemplo, e muitas pessoas comentam que a Câmara Municipal de Loulé poderia ter um atendimento em inglês e um posto de atendimento para idosos sem conhecimentos informáticos e sem assinatura eletrónica para ajudá-los a tratar dos assuntos de outra forma, sem ter que contratar a solicitadores ou advogados porque os tempos são de crise económica e as pessoas não podem pagar a advogados e solicitadores para um simples trâmite. -----

Pergunta, a Câmara Municipal de Loulé poderia criar uma linha de informações telefónicas ou um ponto de atendimento para estes munícipes idosos e para os estrangeiros para que possam informar-se e ajudar a tratar de assuntos sem que tenha de recorrer a solicitadores ou a advogados e para tratar de qualquer assunto perante a Câmara Municipal de Loulé?-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, teceu algumas considerações, nomeadamente ao sugerido pelo cidadão José Neves referente à reposição, já hoje, das sessões presenciais e com a presença do público e tudo isso, a nossa responsabilidade é tentarmos responder aos anseios dos cidadãos, mas também é a de contribuímos para um conjunto de outras relacionadas com o interesse público e atrevo-me a dizer que a nossa responsabilidade maior, nesta fase, é a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

de promover comportamentos seguros, portanto, este formato até esta sessão e até à sessão de 3 de maio vai-se manter em nome das condições de saúde pública em que as sessões foram convocadas e em nome das responsabilidades que temos. Dizer também que este formato é consensual entre todos os grupos municipais.-- A outra questão da comunicação do público tem que ver com a Senhora Deputada Rosana Durão que leu, deixem-me sublinhar de forma exemplar, Nils Leffler que estava escrita em inglês e, portanto, foi lida em inglês, não tendo sido feita nenhuma tradução foi lida em inglês. Deixar algumas notas sobre essa questão. Porquê? O nosso regimento é omissivo no que diz respeito à língua em que decorrem os trabalhos, pode parecer um pouco caricato, mas é claro que a língua em que os nossos trabalhos decorrem é a língua portuguesa, no entanto, no que diz respeito ao Período de Intervenção do Público não há nenhuma referência a isso. O nosso concelho, por razões que acho que nos satisfazem a todos e até temos penso eu, orgulho nisso, é um concelho que tem aqui um conjunto muito alargado de cidadãos com naturalidade noutros países que não Portugal e em muitos países que não usam a língua oficial portuguesa e isso pode propiciar situações como esta. E, portanto, hoje também por decisão da Comissão Permanente, na sua última reunião, os pedidos de intervenção do público foram esta tarde foram distribuídos por todos os grupos municipais. E quando foi feita a distribuição apercebi-me que esta comunicação estava em inglês e, portanto, pensei que esta é uma circunstância que nos ajudará a definirmos critério e a seguirmos. Com certeza que não definiremos critério hoje, será definido na próxima Comissão Permanente, agora houve um fator que para mim foi fundamental para a decisão de aceitar esta comunicação em língua inglesa e de ela ser lida em língua inglesa, pois não tinha tradução portuguesa. Mas o critério que utilizei foi, se este Senhor estivesse presente numa sessão presencial, ao lhe ser atribuída a palavra, se depois de ele começar a falar, percebendo que ele não falava em português, se lhe retiraria a palavra ou não. E a minha consciência disse-me que eu não lhe retiraria a palavra. E, portanto, não lhe retirando a palavra se ele estivesse cá presencialmente, não faria sentido no Período de Intervenção do Público hoje não ter permitido esta leitura. É claro que esta foi uma interpretação minha, como digo na próxima reunião da Comissão Permanente a Comissão Permanente vai pronunciar-se e vai definir critérios para o futuro. Há, no entanto, uma questão que é a intervenção tem uma pergunta que é dirigida ao Executivo Municipal. O Executivo Municipal não tem o dever, nem a obrigação de responder a questões que sejam apresentadas numa língua que não aquela que é a nossa língua, portanto, o Executivo decidirá o que fará, se responde por escrito, como é que entende, se responde em português, essa é uma questão que deixamos à consideração do Presidente da Câmara e do Executivo Municipal. Eu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

sinto que sou acompanhado pelos grupos municipais que é com a ausência de normas que tínhamos que esta decisão será a decisão que dignifica o órgão.-----

Foi cedida a palavra ao Executivo Municipal, na pessoa do Senhor **Presidente da Câmara**, referindo que quase todas as questões versam matéria de gestão urbanística, de ordenamento do território e outras de menor importância. Mas digamos que aquelas que relevam que foram feitas que são como se pode ter ouvido a partir da leitura a questões urbanísticas pelo que vou pedir à Senhora Vereadora com o Pelouro que faça o favor de responder às questões colocadas.---

Foi cedida a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que respondeu à primeira questão colocada pela cidadã Marna Edwards, eu tive a oportunidade de ver aqui o processo e já tenho a explicação, a resposta para isso, por isso espero que seja registada e transmitida à pessoa com a maior brevidade possível. Esta senhora, tal como o marido, são proprietários de um prédio que apresentaram aqui um projeto, o projeto foi objeto de intenção de indeferimento por exceder largamente a área de construção prevista para aquela área em 5 de maio de 2020 tendo-lhe sido concedido 30 dias para apresentarem as justificações e a retificação do projeto. Tal não ocorreu, mas a 31.08.2020, ao final do dia, deu entrada uma justificação, uma exposição, mas a técnica que estava com este processo que era a Arquiteta Paula Silva estava de licença de maternidade nesse momento tendo sido o processo transferido para a Arquiteta Mara numa altura que, não sei se se lembram, tínhamos apenas 2 arquitetos na Câmara na parte do Urbanismo. A resposta não foi dada a tempo, efetivamente, mas agora com o regresso da Arquiteta Paula Silva será uma questão de semanas e a senhora terá uma resposta porque o processo já regressou da Arquiteta Mara para a Arquiteta Paula Silva a quem foram devolvidos todos os processos que não tinham sido entretanto despachados.-----

Relativamente às questões colocadas pelo cidadão José Neves, a primeira relativamente ao embargo da Verdasca o que eu tenho a dizer é que é do nosso conhecimento e da fiscalização dos relatórios que foram apresentados não tem havido desenvolvimento nos trabalhos que se encontram embargados. Pode haver outro tipo de trabalhos a decorrer, não são os trabalhos que estão embargados, nem são os trabalhos que são objeto de licenciamento ou de qualquer intervenção da Câmara. Também recorde que, como tinha já sido adiantado noutras sessões, em duas pelo menos, está previsto o agendamento de uma vistoria conjunta da Câmara com as outras entidades envolvidas neste processo, nomeadamente o IAPMEI, a CCDR e a DRAP. Dado o período de COVID que vivemos e as atuais contingências que temos para deslocações e para aglomerações ainda não foi



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

possível fazer esse agendamento, agora com o levantar do Estado de Emergência e com o aliviar das medidas pensamos que, tão breve quanto possível, essa vistoria ocorrerá e *in loco* todas as entidades em articulação, em coordenação tomarão as decisões que lhes cabem. Como já foi referido, isto é um assunto que não compete somente à Câmara, é um assunto da competência interligada de muitas entidades.-----

Relativamente à questão número 3, e também penso que ouvi que foi um processo que foi submetido ao TAF, o que eu digo é que é mais fácil, se calhar, eu inteirar-me melhor do processo e darmos a resposta posterior por escrito dado a conturbada ou a complexidade da mesma que precisará de uma análise mais profunda. No entanto, não posso deixar de dar nota de que não é a Câmara Municipal, quando há litígios de proprietários, decidir se o caminho é público ou é privado. Cabe isso aos tribunais, e provavelmente é esta a situação. O caminho não é público, não foi cedido, não foi construído pela Câmara e há um litígio entre vizinhos e essa competência é dos tribunais e não da Câmara. Não sei se é este o caso, mas da exposição que foi feita tudo me leva a crer que sim, mas é esta a nota que eu quero deixar porque por vezes as pessoas pensam que cabe à Câmara o seu livre-arbítrio ou

discricionariedade decidir se o caminho é público ou privado e não é assim.-----  
Relativamente à questão do senhor Nils Leffler, como diz o CPA o Executivo não deveria responder a nada que não fosse na língua portuguesa. O próprio CPA - Código do Procedimento Administrativo - assim o exige que os requerimentos dirigidos aos órgãos sejam teclados e redigidos na língua portuguesa. No entanto, eu posso adiantar que este processo, julgo que em qualquer língua se percebe qual é o processo, teve uma intenção de indeferimento, também, por exceder largamente a área de construção que era admitida, foi notificada essa intenção de indeferimento em outubro de 2020. Realmente em novembro de 2020 o Senhor respondeu em tempo, ainda não houve a oportunidade de os técnicos analisarem a resposta e tão breve quanto possível a resposta será dada. Já dei indicações aos serviços, também, para o fazerem com a maior brevidade possível uma vez que também recebemos alguns reforços durante o mês de fevereiro e de março e também com grande alegria posso comunicar que na segunda-feira iremos receber mais 6 novos arquitetos para reforçar a equipa do Urbanismo e tentar melhorar consideravelmente os tempos de resposta aos munícipes que é essa a nossa maior intenção, o nosso maior desejo é satisfazer as necessidades dos cidadãos e a resposta atempada às suas solicitações.-----

Relativamente às questões colocadas pela cidadã Maria Helena Romão Pires, eu confesso que fiquei meio perdida a meio pela sua extensão, por isso mesmo também peço que a sua resposta seja dada por escrito, será dada por escrito



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

pela extensão das questões e a abrangência das mesmas que tocam não só a parte do Urbanismo, mas várias áreas desta Câmara e terá que ser articulada. E também aqui não posso deixar de dar nota de que como parece ser do conhecimento da própria munícipe muitas das questões que são levantadas não são da competência da Câmara Municipal, não cabe à Câmara Municipal, nem a Câmara Municipal tem a varinha de condão de resolver os problemas do mundo que caem sobre os munícipes. Tentamos ajudar, tentamos colaborar, vamos dar a resposta por escrito a todas as questões que foram colocadas, mas há muitas que extravasam as nossas competências e quanto a essas pouco ou nada poderemos fazer.

Passou-se ao ponto seguinte;

### 2- Aprovação de Atas;

Neste ponto não foram apresentadas Atas para votação.

### 3- Informação sobre Expediente e Requerimentos;

Neste ponto não foram apresentados quaisquer documentos de expediente nem requerimentos.

### 4- Período de Antes da Ordem do Dia;

O Senhor **Presidente da Assembleia**, referiu que existe um Voto de Congratulação pelo 1.º de Maio, apresentado pelo Bloco de Esquerda, ele ao abrigo do regimento é tratado como se de uma moção se tratasse e, portanto, será discutido no ponto a seguir ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, questionando sobre as 22 casas que foram atribuídas agora, nós saudamos isso, até porque sempre fizemos força para que isso acontecesse, mas nós o que queríamos saber qual foi o critério para a atribuição de casas, se não estou enganado, 1 em Almancil e 12 em Loulé e 9 em Quarteira. E qual foi o critério de atribuição a essas pessoas e não a outras. E qual o valor que os beneficiários destas casas irão pagar mensalmente, isso era uma coisa também, se possível, nós gostaríamos também de saber.

Outra coisa é o Programa Toma Lá Dá Cá, que é muito interessante, mas que eu queria saber algumas coisas. Se a Câmara já tem algum feedback da recetividade



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

que este Programa teve, qual o feedback que foi passado tanto a nível de comerciantes, tanto a nível de taxistas porque estavam interligados na entrega das refeições e tudo isso. Como é que são feitos os pagamentos, é aqui uma dúvida que eu tenho em relação aos pagamentos, e aquela despesa dos 2,50€ como é que funciona.-----

Outra questão que eu queria saber é sobre o pedido de extensão da rede pública de águas na estrada de Alcaria, em Boliqueime porque no dia 25 de setembro de 2020 foi posta esta questão na Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara respondeu que têm sido feitas várias obras de abastecimento de água e esgotos ao longo deste mandato e que esta questão será analisada, referente à intervenção da cidadã Verena Colombini, pela Câmara Municipal e nós, de facto, queríamos saber se já foi analisado, se houve alguma resposta, como é que foi.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Márcio Fernandes (PS)**, referindo querer falar de 2 assuntos que são de especial importância e relevo para o interior algarvio e aqui do nosso concelho. Um deles tem a ver com o Geoparque Algarvensis, este é um projeto que é de louvar, é uma candidatura à Unesco, ou seja, só para terem uma noção existem 147 geoparques mundiais em 41 países, esta importância desta candidatura que vai ser feita em 2023, mas para o qual está a ser feito muito trabalho é também uma importância relevada pelo facto de 3 concelhos do Algarve de diferentes cores políticas, o que é de saudar, se terem juntado para valorizar o nosso património geológico natural e material e destacar todo o trabalho que tem vindo a ser feito pelas várias equipas dos vários concelhos e acima de tudo do nosso concelho, que tem sido desde a criação de um website, dos vídeos promocionais e de todo um conjunto de atividades que têm vindo a dar corpo a esta candidatura. Esta é uma candidatura que vai valorizar o interior, as suas gentes, o seu território, tudo aquilo que nós já cá temos, tem merecido a valorização nacional, continuará a merecer nacional, internacional e mundial. Vai trazer certamente emprego às nossas áreas rurais e valorizar tudo aquilo que nós temos de bom. Portanto, a Câmara Municipal de Loulé está de parabéns por todo o trabalho que tem feito em conjunto com os municípios de Albufeira e de Silves que estão também neste projeto, este é, sem dúvida, um projeto que vai trazer uma dinâmica enorme ao interior algarvio.-----

Outro assunto que queria falar também sobre o interior algarvio, de uma freguesia que é a minha freguesia, que é a freguesia do Ameixial, que tem a ver com a aposta da Câmara Municipal de Loulé no interior algarvio. E quando muitas vezes se diz que se faz poucas coisas no interior, este Executivo tem tido uma especial atenção com o interior e, acima de tudo, uma visão estratégica para o interior que poderá ser muito mais aprofundada, mas este é um primeiro passo e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

que vamos saudar e que tem a ver com a construção, a aprovação da incubadora de empresas no Ameixial, utilizando uma antiga estrutura de uma fábrica de cortiça desativada e é um investimento do Município de Loulé na freguesia mais distante da sede do concelho, um investimento que ronda 1.200.000,00€ e que sem dúvida alguma vai trazer uma nova dinâmica ao interior algarvio, ao interior do concelho e na atração de novas empresas, na criação de emprego e, acima de tudo, na fixação dos jovens que estão lá e que irão estabelecer os seus negócios ou então a trabalhar nos negócios que possam vir a ser criados. Eu acho que esta é uma iniciativa de louvar, muito se tem falado do interior, mas muito ainda mais há para fazer no interior. O interior não pode esperar, senão daqui a 10 anos muitas poucas pessoas estarão no interior, este é um passo para evitar essa desertificação do interior e essa fuga, digamos, das atividades produtivas do interior. Muito obrigado ao Executivo por ter feito esta aposta.-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referindo que aproveita o Período de Antes da Ordem do Dia para expressar em nome do Partido Social Democrata o nosso agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara e à Câmara Municipal de Loulé pela entrega das primeiras casas de habitação da Política de Habitação de Loulé. Na realidade, terá sido um pequeno passo para o Município do processo de consolidação da Política de Habitação, mas terá sido também um grande salto para os primeiros contemplados que viram a possibilidade de eleger as suas famílias, de resolverem o problema da habitação que tanto aflige muitas famílias do nosso concelho e especialmente aqueles mais carenciados. Na realidade tem sido umas das bandeiras que o Partido Social Democrata nesta Assembleia tem defendido, não foi tão célere como esperaríamos por parte deste Executivo, contudo, não deixaríamos de passar esta oportunidade para expressar o nosso agradecimento de que, na realidade, uma das nossas preocupações, quer na área da habitação não social, mas a habitação que fizesse face à resolução de grande parte dos problemas dos nossos munícipes fossem resolvidos. Foi um pequeno passo, mas foi também um grande salto para aqueles que foram beneficiados. O nosso bem-haja.-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Fábio Nobre (PS)**, pois entendeu que era importante referir algo que se passou no dia 21 de abril, há pouco mais de uma semana, que foi a inauguração do Espaço Cidadão em Quarteira, portanto, no passado dia 21 de abril que contou para além do Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto, o Presidente da Câmara Doutor Vítor Aleixo, também a Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e também o Secretário de Estado da Descentralização e de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Administração Local. Eu quero muito relevar isto porque pela primeira vez em Quarteira devido a este novo serviço que resultou também do esforço da freguesia de Quarteira e também na colaboração com a Câmara Municipal, graças a isso agora será possível em Quarteira, por exemplo, fazer o cartão de cidadão, renovar, fazer o pedido da carta de condução, requisição de certidões, marcação e cancelamento de consultas no centro de saúde, por exemplo, coisas que para um cidadão que habitava em Quarteira só seria possível indo ao Tribunal de Loulé ou indo ao Espaço Cidadão em Faro. E eu penso que realmente deveríamos estar todos muito felizes porque isto, é daquelas pequenas grandes coisas que nós enquanto autarcas, enquanto políticos e enquanto pessoas que ocupam uma posição pública sentem que ajuda e facilita a vida das pessoas e ajuda a desburocratizar e fazer que as pessoas ganhem algum tempo e conveniência. E, portanto, isso vai muito ao encontro daquilo que se pretende aos cidadãos e ajudar. Nesse aspeto queria deixar uma palavra de agradecimento à Câmara Municipal, à Junta de Freguesia de Quarteira por realmente terem facilitado e terem ido ao encontro de uma ânsia que era uma ânsia antiga por parte, sobretudo, dos cidadãos que habitam na freguesia de Quarteira.-----

Pedi para intervir a Senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, referindo que a sua intervenção vai ao encontro de aspetos que me suscitaram algum agradecimento, prazer e gratidão porque li e vi através do Relatório do Senhor Presidente da Câmara algumas questões bastante bem conseguidas. O relatório é muito amplo, tem muito conteúdo, mas eu debrucei-me especialmente sobre duas questões, uma sobre a Educação e a outra sobre a Ação Social.-----  
Relativamente à Educação, a testagem dos alunos com mais de 15 anos foram todos testados, foi uma coisa extremamente importante. Por outro lado, a vacinação de todo o pessoal docente e não docente que aceitou ser vacinado também me parece de relevo. Na linha da Educação Solidária decorrente exatamente do COVID e das questões do confinamento, o Programa de Apoio Psicopedagógico a muitos jovens, crianças também, a professores e a encarregados de educação que têm respondido ao chamamento de vários intervenientes da comunidade porque causou perturbações do foro mental e emocional. Portanto, este Programa de Apoio Psicopedagógico tem sido muitíssimo relevante e não podíamos deixar de dar importância.-----  
Por outro lado, no âmbito dos edifícios escolares chamou-me à atenção a colocação dos painéis fotovoltaicos em várias escolas, sei que já são 5 escolas que têm painéis fotovoltaicos, que há 2 que no mês de maio vão ser também contempladas com os painéis e há 7 escolas, também, que estão em fase de concurso público. Isto com vista a ter um autoconsumo energético que também é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

muitíssimo importante em termos de escola e do ambiente. Em relação à remoção do amianto, a cobertura das escolas, para além de outros edifícios a nível do concelho, a remoção do amianto já foi concluída em 4 escolas e está neste momento a ser a fase de realização da Secundária Laura Ayres que como sabem é uma Secundária que não é da alçada da Câmara, mas foi resolvido fazer esta obra na Secundária Laura Ayres em Quarteira.-----

Relativamente à Ação Social ressaltou-me especialmente o Apoio aos Sem-Abrigo. Realmente os sem-abrigo até na tentativa de tirar muitos deles da rua, é preciso notar que no Relatório se vê 91 pessoas sem-abrigo, a maior parte homens, foi criada uma equipa de intervenção em rua que integra um mediador. Um mediador é uma pessoa que já foi um sem-abrigo e que tem uma forma fácil de interagir com aquelas pessoas, conseguir comunicar com elas e, portanto, no fundo de lhes ajudar a reformularem o seu estilo de vida. Essa equipa técnica, além da conversa e da interação que estabelecem, fornecem alimento e encaminham para cuidados de saúde, no caso de detetarem que é necessário. Para as pessoas que mostram interesse em serem ajudadas e que manifestam que têm vontade de se reabilitar, existe a equipa técnica que desenha um projeto individual para 6 meses, aciona recursos, a Segurança Social apoia, a Câmara Municipal fornece habitação. Lá estamos nós na questão muito importante da habitação, há os chamados apartamentos partilhados, são 2 neste momento, já conseguem albergar 10 pessoas sem-abrigo, e foi-nos dito e podemos divulgar, que ontem foi autorizado a criação de mais 2 apartamentos partilhados o que vai permitir albergar mais 10 pessoas. É preciso ver que estas pessoas são pessoas complicadas e que mostram, realmente, vontade de reabilitação. São trabalhadas competências sociais, competências pessoais para tentar a integração no mercado de trabalho. Trata-se de um projeto pioneiro no Algarve, de uma extrema importância e, por isso, eu acho que a Câmara Municipal de Loulé está de parabéns e há muita coisa para dizer mais, mas eu não posso dizer mais pois eu não tenho tempo.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, referindo que como a Deputada Helena Batista falou da questão dos sem-abrigo, eu gostava de saber exatamente o que é que se passa em relação a esta questão e à resolução desta questão e principalmente em relação a Quarteira. Porque vi um relatório, ou pareceu-me ver, no relatório um aumento daquilo que eu conhecia em termos de número de sem-abrigo em Quarteira, e como nós, já desde há muito tempo, temos vindo a falar nesta questão, eu gostaria de saber em relação a Quarteira e ao concelho de Loulé, no geral, o que se passa em relação a isto. Mesmo à frente da minha casa existem lá sem-abrigo, pessoas que vão lá ficar naquela casa que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

foi construída há muitos anos, que era para ser um loteamento no chamado terreno da antiga Feira da Roupa, que eu por acaso vi na sua totalidade limpo de repente e não sei se as pessoas lá continuam, se não continuam, gostaria de saber o que tem sido feito nesta matéria.

Pedi para intervir a Senhora **Deputada Conceição Leite (PS)**, referindo que gostaria de congratular a Câmara pelo assunto relacionado com a habitação social. Ao contrário do que o Senhor Deputado Mário Botelho referiu, eu não creio que foi um pequeno passo, acho que foi um grande passo que demos este mês na atribuição de 22 habitações no concelho de Loulé para famílias que aguardavam ansiosamente e que estavam a viver em precariedade e a viver realmente abaixo do nível que é considerado mínimo normal de salubridade. Eu penso que foi um grande passo porquê? Para já foram abrangidos 22 agregados familiares num total de 68 pessoas, foram já dadas as chaves e no próximo mês entrarão, as pessoas já conhecem as casas, as pessoas ficaram felicíssimas, eu tive telefonemas de famílias a chorar ao telefone de tanta felicidade quando souberam que iam ser englobadas neste nosso projeto e tendo em conta, temos que pensar que em 2019 foram finalizados, todo o processo foi feito um levantamento rigoroso de todos os agregados familiares, foram atualizados todos os dados, é todo um trabalho que não se vê, mas que é de louvar que a Câmara tem feito de uma maneira fantástica porque tendo em conta que ainda em 2019 estávamos a conversar sobre a hipótese do primeiro direito de procurar alojamento na cidade para a Câmara adquirir, o facto da Câmara ter gastado quase 3.000.000,00€ na aquisição de habitação e que conseguiu, que eu creio que é quase um milagre, 12 para já em Loulé, 9 em Quarteira e 1 em Almancil, que por si só já é milagre conseguir habitação para adquirir aqui nesta cidade, considero eu, eu penso que foi um grande passo. Portanto, por isso é que eu digo que foi um grande passo, as pessoas estão felicíssimas, claro que é apenas o início, mas todo o trabalho que foi feito de 2019 até agora, que não se vê desde a seleção das famílias, as prioridades a ter em conta, teve-se em conta famílias com membros com deficientes motores, portanto, com mobilidade reduzida, foi tida em conta as famílias mais precárias, as mais urgentes, o respeito pela escola que as crianças frequentavam, no caso de haver menores a estudarem, todas as prioridades que tiveram que assistir para a atribuição destas casas é de louvar. E realmente quero dar os meus parabéns à Câmara por já terem atribuído estas habitações e por já estarmos a reduzir, sei também que já foi lançada a primeira pedra para começarmos as construções em Salir e que em breve a zona de Vale de Rãs terá mais 124 famílias. Os meus parabéns porque é realmente um trabalho que não se vê e que deve ser elogiado. Portanto, eu penso que foi um grande



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

passo, parabéns.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, apenas para dar uma pequena resposta relativamente ao agradecimento que fiz quanto à questão da política de habitação de todo o município, parece que o PS tem algum síndrome de menoridade pelo facto de na realidade nós agradecermos o feito, embora tal como tem sido referido por os 2 Deputados que me antecederam e que falaram no tema da habitação, deu-se 20 e tal residências, quando provavelmente, dentro de pouco tempo, se irão entregar 134, julgo eu, se foi este o número que me disseram. Foi um pequeno passo, importante, para o Município, agora se parte do Partido Social Democrata, se criticamos é porque criticamos, se enaltecemos é porque enaltecemos não o suficiente, eu acabo por ver que o Partido Socialista deve ter um problema qualquer em relação ao Partido Social Democrata, em relação aquilo que não fazem, este sintoma de menoridade não agradece, nem favorece o Partido Socialista, deviam era enaltecer que na realidade há oposição, sempre que é possível, sempre que é meritório nós enaltecemos, tal como fazemo-lo no sentido contrário. Sempre que não é meritório também o criticamos de forma construtiva. Agora ouvimos porque criticamos e ouvimos porque enaltecemos. Afinal gostaria de saber onde é que no Partido Socialista está o bom senso.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, desejando que estes trabalhos decorram com normalidade, em plena democracia, convergindo e divergindo, mas cujo objetivo seja prestar serviço aos nossos cidadãos de todo o concelho de Loulé. Era este cumprimento de abertura que queria dar e era dizer que nós nesta Câmara, na Assembleia Municipal, o grupo municipal não tem complexos nem de menoridade, nem de superioridade e a questão que a Senhor Deputada Conceição Leite referiu tem a ver com uma escala, não tem a ver com uma questão de diminuir o que foi com certeza o reconhecimento do grupo municipal do PSD do trabalho que está a ser feito.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, referindo que a sua intervenção é muito breve, dizendo que foi feito algum trabalho pelo Executivo Socialista, naturalmente que decorridos cerca de quase 8 anos de exercício, perto de mil milhões de euros, diríamos nós que na verdade é muito dinheiro gasto e recolhidos os impostos dos cidadãos em prol da sua comunidade. O Senhor Presidente Vítor Aleixo tem muitos projetos, é um homem de muitos projetos e nós sabemos que é verdade, que anuncia muitos, tem muitos anúncios de projetos, mas aquilo que diz respeito às carências reais *versus* o gasto de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

perto de mil milhões de euros e a Senhora Deputada critica o entendimento do PSD que acha que é pouco decorrido o tempo que decorreu e o dinheirinho que decorreu já gasto. Na verdade, as carências na área da habitação poderão ser umas largas centenas ou talvez até milhares. Mas o que estamos a falar é de uma dezena, pouco mais de duas dezenas de chaves, de famílias que foram entregues, apesar dos milhares de famílias, ou de muitas centenas ou perto de milhar de famílias que precisam de casa e decorridos mil milhões de euros, os senhores do Partido Socialista estão satisfeitos com 23. Muito bem, eu compreendo que os números e que estão habituados são numerozinhos pequeninos para dar à sociedade, mas números muito grandes para gastar, eu compreendo que o tempo também passa muito rápido e que nem sempre é possível satisfazer todas as necessidades, mas oh, Senhor Presidente, com o devido respeito, o Município precisa de muito mais. Naturalmente e como o Senhor diz e é verdade, estamos a trabalhar, todos nós trabalhamos nesse sentido, uns mais, outros menos, uns mais depressa, outros mais devagar. É certo que relembrar este conjunto de factos, é muito pouco aquilo que nos apresenta, na verdade, todo o trabalho é bom e é bem-vindo, mas é pouco. Gastou muito dinheiro e que nos custa muito essencialmente na fase da pandemia da extrema escassez, com muitos milhares de cidadãos, com cidadãos seus e meus e nossos a passar dificuldades extremas no nosso Município. Precisaríamos muito mais e queremos que o Senhor se esforce um bocadinho mais.

---

Pedi para intervir a Senhora **Deputada Conceição Leite (PS)**, referindo querer responder muito sinteticamente aqui aos Deputados. Primeiro, ao Deputado Mário Botelho para dizer que isto é uma questão de português, o que ele achou pouco, eu achei muito, já tinha isto preparado ainda antes de ele falar, por isso só comparei a nível de português que isto era um grande passo, mas isso é a minha opinião, não estou a desfazer a opinião, cada um tem a sua e como é óbvio gostei do elogio da parte do Deputado Mário Botelho, fez muito bem pois este é um caso para elogiar. Quanto ao Senhor Deputado João Conceição deixe-me referir-lhe que não são milhares de agregados para alojar, tínhamos em 2019 cerca de 390 agregados familiares referenciados, portanto, não está assim tão perto do milhar, felizmente, é certo, não quero dizer que sejam poucos, não são poucos de maneira nenhuma, mas tendo em conta que já estão previstos cerca de 124 alojamentos em Vale de Rãs, que vão iniciar, já pusemos a primeira pedra em dezassete em Salir, eu acho que de 2019 para agora já foi um grande avanço e continuo a dizer que só o facto de terem sido entregues tão depressa, tendo em conta as prioridades que tiveram, a seleção, o trabalho em campo foi excepcional. Pronto, só queria referir isso, de maneira nenhuma estou a dizer que não se pode



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

fazer melhor, nós estamos sempre fazer melhor, começamos foi muito bem, com o pé direito.-----

Pedi para intervir o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, referindo que prescinde da palavra uma vez que ia apenas perguntar ao Senhor Deputado João Conceição os números que a nossa Deputada Conceição Leite já deu, porque pareceu que ele estava bastante bem informado, pelos vistos não estava.-----

Foi cedida a palavra ao Executivo Municipal, na pessoa da **Vereadora Ana Machado**, referindo começar com a habitação. A estratégia local de habitação foi aprovada de acordo com os princípios do Primeiro Direito e teve por base um diagnóstico das carências existentes nas habitações que tínhamos. Assim, as casas foram distribuídas de acordo com os critérios que estão vertidos nessa mesma estratégia local de habitação que foi aprovada pela Câmara Municipal, que foi presente à Assembleia Municipal e que foi reconhecida pelo IRU. Foram alvo de contratualização e têm que ver os critérios com a precaridade dos agregados familiares, com a insalubridade e a insegurança das habitações, com a sobrelotação dos fogos habitados das casas das pessoas que concorriam e com a inadequação por incompatibilidade das condições da habitação com as características das pessoas que lá residem, ou seja, com as limitações e as deficiências motoras das pessoas estarem desadequadas às suas casas. Dizer-vos que a crescer a isto há também a situação económica da família. Tudo isto era objeto de pontuação e, portanto, a atribuição e a distribuição das casas foi feita de acordo com aqueles que tinham uma pontuação mais elevada. Quanto à localização das casas dizer que esta dependeu da existência e da oferta que existia espalhada pelo nosso concelho. A localidade onde foi mais difícil achar casas foi em Almancil e daí a existência de uma só atribuição nessa freguesia e depois temos as 12 em Loulé e as 9 em Quarteira. Dizer que houve também 2 habitações que já havia e já existiam pré da Câmara.-----

Quanto à renda que as pessoas vão pagar, obviamente que a mesma depende do cômputo que é feito do rendimento do agregado familiar, há também uma fórmula, é aplicada essa fórmula e a renda será toda diferente porque depende da composição do agregado e da composição do seu rendimento. Eu julgo ter respondido às questões da habitação.-----

Quanto às questões dos sem-abrigo, e aqui pegar nas palavras quer da Deputada Helena Batista, quer da Deputada Conceição Leite, dizer-vos que na realidade a atribuição das 22 habitações contemplou o alojamento de 68 pessoas. A este cresceu de facto os 2 apartamentos que albergam 10 pessoas sem-abrigo e os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

apartamentos que albergam as pessoas de Housing First, ou seja, a estas 68 pessoas neste mês, no qual muito nos orgulhamos, temos que contabilizar mais 15 alojamentos para estas pessoas. Como é que está a situação das pessoas sem-abrigo, pergunta o Deputado Rogério Rochinha. A situação está assim, porque é que apareceram tantos, perguntou o Senhor Deputado. Esclarecer o seguinte, até 2020 nós sabíamos da existência das pessoas em condição de sem-abrigo porque eram referenciadas por um ou por outro, porque na nossa ação e na nossa atuação nas Juntas de Freguesia nos apercebíamos dele. No dia 19 de março de 2020 nós fomos formalmente constituídos como Núcleo de Intervenção de Apoio às Pessoas Sem-Abrigo. Foi constituído o NIAPISA de Loulé que é constituído por uma parceria com mais 22 entidades e desta parceria resulta o quê? Um trabalho em rede que na área social não pode deixar de existir e um trabalho muito mais sólido e muito mais consistente e daí o termos apurado e referenciado todas as pessoas que vamos constatar que estão em situação de sem-abrigo. Dizer o quê, são 91, sim, no nosso concelho, situam-se na sua maioria na freguesia de Quarteira, são 62, 20 estão na Freguesia de São Clemente e os restantes na Freguesia de Almancil. Dizer o quê? Para além destas medidas que são os apartamentos partilhados e o Housing First, e como disse a Deputada Helena Batista esta é uma medida pioneira no Algarve, fomos nós os pioneiros na implantação desta medida. Dizer que está em concurso público, prestes para lançamento, a construção de uma estrutura para ser edificada em Quarteira para permitir o alojamento e acolher as pessoas que destas 62 estão de facto sem-abrigo. Porque neste número nós temos que considerar as pessoas sem-abrigo e as pessoas que vivem também em condições menos dignas e, portanto, de acordo com os critérios que estão aqui e que têm um teto. Em suma, prepara-se para muito brevemente a construção de um abrigo para estas 20 pessoas.-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Vereador Carlos Carmo**, para responder e informar o Senhor Deputado Rogério Rochinha e a quem nos ouve sobre 2 programas que a Câmara Municipal lançou em momentos diferentes para responder e tentar responder à dificuldade que o setor da restauração no que concerne ao Programa da Janela do Táxi ao Restaurante estava a atravessar no momento em que com o confinamento total só era permitido a entrega de refeições em *take-away*. Dizer que este Programa dos táxis, portanto, o chamado da Janela do Táxi ao Restaurante foi um sucesso. Até ao final de abril, portanto, será até ao dia de hoje, está já contabilizado mais de 233.000,00€ de investimento da Câmara em transporte de refeições que eram entregues nas casas de todos os municípios, portanto, de referir que com este investimento os restaurantes conseguiram manter alguma atividade económica, referir também



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

que só era permitida a entrega através dos táxis com investimento acima dos 10€, o que quer dizer que basta fazer as devidas contas e perceber o impacto que esta medida teve na restauração, bem como num setor que também estava muito parado que era o setor dos táxis, portanto, esta medida brio e teve o sucesso que os números dizem. No que concerne ao Toma Lá Dá Cá, portanto, a informação é que foram mais de 12.000 entregas feitas nos programas dos táxis, é um número bastante relevante. No que concerne ao Programa Toma Lá Dá Cá, ele iniciou a 19 de março, mas só a 5 de abril com a primeira fase de desconfinamento em que as lojas puderam abrir para o exterior é que começou uma maior adesão por parte dos comerciantes, podemos dizer que até hoje já aderiram mais de 82 lojas, portanto, já temos cerca de 82 lojas que aderiram ao Programa Toma Lá Dá Cá, portanto, é um processo que ainda está em crescimento, que cada fase de desconfinamento quanto maior o número de pessoas a andarem na rua com maior segurança este Programa irá crescer com certeza, dizer também que as equipas de Divisão de Economia Local continuam a visitar os comerciantes, aqueles que ainda não aderiram para esclarecer todas as dúvidas que têm e que têm sido colocadas, é um processo dinâmico, é um processo que teve uma participação muito forte por parte do NERA e da ACRAL com a Associação de Promoção de Quarteira, bem como Associação da Restauração da Cidade de Loulé e para que haja o entendimento de todas as normas, de tudo aquilo que se deve cumprir para que este Programa seja efetivado, eu convido todos a visitarem o website Loulé Local onde estão lá todas as normas para esclarecimento não só de quem vai comprar, mas de quem quer participar neste Programa.-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Vereador Abílio Sousa**, para responder ao Senhor Deputado Rogério Rochinha que colocou aqui a questão do abastecimento de água no caminho de Alcaria, Freguesia de Boliqueime. Queria dizer que logo a seguir à intervenção da Senhora foi efetuada uma reunião com a mesma nas instalações da Câmara, com os técnicos competentes da área e que foi dito com toda a sinceridade e frontalidade que até ao final do mandato seria impossível colocar água, de abastecimento de água de domicílio na zona em que a Senhora falava, nomeadamente, no caminho de Alcaria. É uma área muito sensível, existem muitas necessidades de abastecimento ao domicílio em grandes partes do nosso concelho e é impossível garantir todo o território de imediato dessa necessidade e desse bem. Dissemos que no futuro será uma possibilidade chegar a água, uma vez que já está na proximidade, mas que de momento até ao final deste mandato seria de todo impossível.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, agradecendo as explicações que foram dadas especialmente pelo Senhor Deputado Carlos Carmo e à Deputada Ana Isabel Machado, penso que se de todas as vezes fossem dadas algumas explicações desta maneira e com algum pormenor teríamos evitado algumas coisas. Senhora Vereadora, se calhar fui eu que não consegui ouvir, eu só queria perguntar, esses 2 apartamentos partilhados, pareceu-me que a Senhora Vereadora disse que eram 10 pessoas, eu não percebi em que localidade é que era, mas se calhar eu não estava a ouvir bem. E essa questão da estrutura em Quarteira, onde foram localizadas 62 pessoas sem-abrigo, se têm de facto algum tempo já para, eventualmente, para começarem ou coisa assim do género.-----  
Em relação aquilo que foi dito pelo Senhor Vereador Abílio de Sousa, pois, a Senhora Verena Columbini no dia 27 deste mês de abril dizia assim, "No seguimento do e-mail abaixo enviado a 17 de agosto de 2020 e após diversas solicitações e reuniões, gostaríamos de saber o ponto da situação deste projeto." Dá-me a ideia, então, que a Senhora não sabia que não era possível ou então não percebeu, não sei, o Senhor Vereador me dirá, não sabia que não era possível terminar isto neste mandato.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referindo que a sua questão prende-se com uma que tenho formulado aqui várias vezes nesta Assembleia, mas pela qual também não obtive alguma resposta de forma contundente ou de forma muito clara. Em altura que já concretizei, foi feito até um relatório da visita pelo anterior Presidente da Assembleia Municipal, aqui ao Município de Loulé onde foi feito um relatório, um levantamento de grandes problemas existentes a vários níveis. Já abordei várias vezes o Senhor Presidente da Câmara neste sentido para que tivesse um esclarecimento cabal quanto a este Relatório. Até ao momento nada nos foi dito nesta Assembleia, nem ao grupo parlamentar do Partido Social Democrata, eu sei que o Senhor Presidente tem estado neste momento com muito trabalho, é uma pessoa muito ocupada, certamente a pandemia não tem ajudado, mas seria bom entendimento, não só para respeitar também o anterior Presidente desta Assembleia que, provavelmente, se sentiria ingraticado um pouco, por um lado ter conduzido um relatório de extrema importância, de extrema utilidade para o Município no sentido que se pudesse obviamente concretizar ou minimizar os resultados negativos que aquele relatório implicava e neste momento nada se fez, nada se concretizou e até nós não existe nenhuma informação nesta Assembleia ou a algum grupo parlamentar. Reitero, mais uma vez, que o Senhor Presidente ou o Executivo que o acompanha que nos pudesse dar a esta Assembleia um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

esclarecimento cabal, por escrito quanto aos problemas que foram levantados.-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Vereador Abílio Sousa**, que respondeu em relação à intervenção do Senhor Deputado Rogério Rochinha, acrescentando que pensa que está certo, que essa Senhora que está a falar é uma Senhora de nacionalidade brasileira, quem esteve cá na reunião penso que foi o seu marido com a representante do Bloco de Esquerda da Freguesia de Boliqueime, onde veio de alguma forma solicitar o abastecimento de água numa moradia que ainda estaria em fase de construção, nomeadamente, essa e outras que iriam ser construídas por outros proprietários a montante. E foi dito na altura que, conforme disse há pouco, que tínhamos na própria Freguesia de Boliqueime situações que de alguma forma os projetos estavam mais adiantados tal e qual como a zona de São Faustino, que serão prioritários pois existe projeto nesta fase. Como não existia projeto para esta zona do caminho de Alcaria não era de todo possível concluir o abastecimento de água até ao final do mandato. E foi isto que foi dito na reunião que tivemos. Penso não estar errado, pois a zona é a mesma e o esclarecimento que foi dado na altura foi bastante claro e foi dito que até ao final do mandato não seria possível.-----

Foi cedida a palavra à Senhora **Vereadora Ana Machado**, para responder às questões formuladas pelo Senhor Deputado Rogério Rochinha, das 13 pessoas alojadas, 8 são de Quarteira. Os 4 apartamentos que existem, os 2 apartamentos partilhados são só em Loulé, são de tipologia T3, os apartamentos Housing First, um é em Quarteira, outro é em Loulé. A estrutura para Quarteira, para quando? Assim que terminar o concurso que se espera que seja brevemente, há um mês para montagem e, portanto, estima-se que junho ou julho.-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Vereador Carlos Carmo**, para responder à questão do Senhor Deputado Mário Botelho referiu muito rapidamente entre outras situações, mas uma em concreto, que nós iremos responder, como referiu, por escrito, uma das questões, por exemplo, estamos há largos meses em negociações com o IP para a colocação dos contentores no lado sul da IC125, que foi uma das questões que estava referida no relatório, e como bem sabe não sendo uma estrada da competência da Câmara Municipal temos que solicitar a devida autorização à IP, já houve várias trocas de correspondência, neste momento já estão na posse de todos os elementos que nos foram pedindo, por isso estamos a aguardar a autorização para essa colocação. Esse é um dos pontos, mas como referiu, nós iremos responder por escrito a todas as questões.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi cedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, para responder ao Senhor Deputado Mário Botelho que em relação à outra questão eu diria que entre todas era a mais importante, que era o abastecimento de água e esgotos ao longo da 125, essa era a grande questão. Houve uma grande evolução, como nós temos dito e repetido muito ultimamente, porque pela primeira vez a Câmara Municipal de Loulé tem um projeto técnico de elevada qualidade aprovado pela própria IP. E neste momento, também temos dito isso muitas vezes publicamente, neste momento faltam-nos, ainda, conhecer alguns dos proprietários que são detentores de pequenas parcelas de terreno por onde as infraestruturas quer de distribuição de água, quer de recolha de esgotos irão atravessar essas pequenas parcelas. Portanto, são mais de 400 proprietários, há uma empresa no terreno que tem contactado durante largos meses para tentar descobrir, esse trabalho também como se sabe não tem sido fácil, dado o elevadíssimo número muitas pessoas são desconhecidas e hoje em dia a Lei de Proteção de Dados também é uma situação que nos constrange para poder mais rapidamente conhecer o número total. Mas os Senhores Presidentes da Junta de São Sebastião, São Clemente, Boliqueime e Quarteira estão no terreno a tentar apurar a quantidade que falta, que já não é muito grande, de proprietários. Logo que tenhamos o concurso público será aberto porque há rúbrica orçamental devidamente dotada e o que nós mais queremos de facto é abrir o concurso para a execução daquela obra porque na verdade é bom que se diga isto e que se repita com toda a clareza, nunca estivemos tão perto ao fim de tantos anos e de vários Executivos Municipais, não foi só este a que presido, mas o anterior que sucedi também, terem feito grandes esforços nunca foi possível ter sequer um projeto. Neste momento temos o projeto, as coisas estão maduras e eu espero, logo que tenhamos toda a concordância de todos os proprietários, abrir o concurso para finalmente fazer essa obra.

Passou-se ao ponto seguinte;

### 5- Moções;

- Voto de Saudação ao 1.º de Maio, apresentado pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.

Foi cedida a palavra ao Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, referindo que este é um voto de saudação numa altura muito especial, numa altura em que nós estamos a atravessar uma pandemia, estamos com graves problemas dos trabalhadores, fazem-se cercas sanitárias a locais, infelizmente, onde



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

trabalhadores têm sido deixados ao abandono por algumas empresas de trabalho temporário e, por isso, acho que é de lembrar nesta altura o 1.º de Maio, historicamente o Dia do Trabalhador. E diz o voto de saudação: No dia 1 de Maio de 1886 em Chicago milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este é o dia lembrado pelo slogan que ficou a ecoar na História 8 horas de trabalho, 8 horas de lazer e 8 horas de descanso. Mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortes pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos de dignidade. Apesar da repressão, os trabalhadores continuaram a luta que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora. Em Portugal, o 1.º de Maio de 1974 realizado 8 dias após o 25 de Abril depois de décadas de repressão do Estado Novo foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados, o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de Saúde Pública, à Educação, à Habitação, o direito ao Trabalho e ao Salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, à proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, ao salário mínimo nacional no valor de 3300\$00 na altura. Foi também após esta data que consagraram, ainda, o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como o novo movimento de trabalho ao nível das empresas e das comissões de trabalhadores. São famosas e sobejamente conhecidas as imagens dos líderes políticos que a ele acorreram em 1974. Filhos do exílio, bem como de outras personalidades da área da música e da cultura convenientemente silenciados e perseguidos pelo regime. Portugal atravessa hoje um período muito complicado com trabalhadores em *lay-off*, trabalhadores precários a serem despedidos ou ameaçados. Falta de condições de higiene sanitária para trabalhar. Locais de contacto com o público onde não são fornecidas luvas nem máscaras para trabalhar e um aumento generalizado de insegurança e desemprego. A defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e de todos, antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores fazem ainda mais sentido lembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno. No nosso Município de Loulé são preocupantes as situações dos trabalhadores e das trabalhadoras da Hotelaria e da Restauração, do Comércio dentro e fora das grandes superfícies e dos serviços ligados ao lazer e da atividade turística. Assim, a Assembleia Municipal de Loulé reunida a 30 de abril de 2021, ao abrigo do artigo 25, número 2 alínea j) e k) do anexo 1 da Lei número 75/2013 de 12 de setembro e do artigo 3.º número 3 da Lei IA de 2020, de 19 de março delibera, saudar o 1.º de Maio e fazer votos para que seja um momento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

agregador das várias gerações e saudar nela coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e do desenvolvimento pelo progresso social, desenvolvimento do salário ou pensão ou da prestação de um serviço público. Saudar a luta dos trabalhadores e das populações da cidade que, em defesa da nossa saúde, asseguram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e a manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência. Saudar o trabalho de todos os profissionais da área da saúde, no combate à pandemia em curso, em particular a todo o Serviço Nacional de Saúde e aos seus profissionais.

---

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, referindo que perante esta saudação ao 1.º de Maio, o grupo municipal do Partido Socialista solidariza-se com os princípios do teor exposto no texto, nomeadamente os 3 pontos na saudação ao 1.º de Maio, saudar a luta dos trabalhadores que têm a defesa dos seus interesses e em democracia continuam presentes, a democracia não é uma ciência exata, ela vai construindo-se no dia-a-dia e o importante são os princípios os valores e as convicções, é esse o sentido que consagra a democracia. Saudar o trabalho de todos os profissionais na área da saúde, combate à pandemia em curso. No dia 26 de maio de 2020 fizemos um voto de congratulação aos trabalhadores da saúde, à nossa Proteção Civil, aos nossos funcionários municipais e a todas as forças de segurança e a todos os intervenientes. Penso que é pertinente neste contexto esta ressalva a todos os que estão no processo da linha da frente.

---

Foi cedida a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referindo que é uma alusão ao Dia do Trabalhador e ao 1.º de Maio, nós pelo contrário temos todo o respeito pelo trabalho, respeito pelos trabalhadores, respeito pela economia de mercado, respeito pelos empregadores, nesse sentido, o próprio Partido Social Democrata tem uma estrutura própria que se chama Trabalhadores Sociais Democratas, onde entrega grande parte da massa laboral deste país e, nesse sentido, nós não poderíamos de outra forma enaltecer esta alusão a este dia. Contudo, queria a título de rodapé, parece que não sei se tem a ver com a ideologia propriamente de esquerda, mas o elogio vai sempre para o trabalhador, esquecendo um pouco também todos aqueles empregadores, aqueles empreendedores que levam ano após ano, especialmente, este ano ou nestes últimos dois anos que estiveram despojados das suas atividades económicas, fruto desta pandemia, fizeram, perdoem-me a expressão, das tripas coração para manter os postos de trabalho de muitos trabalhadores que ainda hoje se mantém



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

no ativo, empenharam-se para que as empresas não fechassem, para que pudessem assim que este período mais conturbado se dissipasse, retomasse a economia, facilitando serviços, criando produtos para o mercado, mantendo postos de trabalho essenciais para a manutenção e para a subsistência de grande parte das famílias do nosso país, por isso, não só aqui saúdo todos os trabalhadores que devem ser saudados nesta data do 1.º de Maio, mas também deixo um voto muito especial para todos aqueles empregadores esquecidos na maioria das vezes que mantém este Portugal dinâmico, competitivo só através do seu esforço porque, na realidade, o Estado não tem sido um parceiro à altura, especialmente nestas alturas mais difíceis como foi nestes últimos 2 anos.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, referindo que curiosamente não foram os homens trabalhadores que iniciaram a organização de uma revolta, foi uma revolta, foram as mulheres costureiras que recebiam à peça, só tinham salvo erro, horas de trabalho, eram 16, posso estar enganado no número, mas era brutal, de qualquer das formas. E foi por causa de um incêndio por falta de asseio destas fábricas de têxteis, com a eletricidade a dar os primeiros passos, que se deu um curto-circuito num dos fios e a poeira existente era tal que pegou fogo aquela fábrica e morreram já não sei quantas pessoas. Isto para vir buscar um bocadinho atrás a razão de ser do 1.º de Maio. As coisas evoluem, houve um tempo em que os romanos atiravam escravos às arenas, os leões comiam-nos e as pessoas aplaudiam. Houve um tempo em que havia escravatura e que acabou não há muito tempo, sendo Portugal, julgo, o primeiro país a abolir a escravatura. A maneira como se tratava a classe trabalhadora era normal para a época. Deixou de ser normal porque as circunstâncias assim o exigiram. As coisas evoluem e havia direitos a atribuir aos trabalhadores e criado, sobretudo, melhores condições de trabalho. Posto isto, o CDS quer afirmar que comunga com a libertação da escravatura laboral que existia na altura para esta evolução que julgamos todos que é muito melhor. Há sempre lugar a melhorar, mas chegamos a um ponto onde, francamente, estes trabalhadores de hoje em dia podem, de uma forma em geral, sentirem-se satisfeitos de não terem que passar por aquilo que passaram os trabalhadores do século XX.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, referindo que é verdade que a tendência do discurso bloquista é sempre num certo sentido de rutura, visando uma certa diabolização da atividade empresarial. É certo que já nos acostumaram a isto, mas não é recomendável, até porque trabalhadores somos todos, eu sou trabalhador como empresários e outros empresários sócios



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

meus e membros da associação que dirijo e outros empresários que no sentido global da dinâmica social e empresarial são as verdadeiras locomotivas da dinâmica social de um país. E são esses que promovem com risco próprio dos seus bens e da sua atividade pessoal que promovem a empregabilidade, portanto, os lugares para que as pessoas sejam efetivamente o elemento mais importante das empresas para que as pessoas sejam, efetivamente, os ativos mais importantes das empresas. Mas para isso é necessário que também entendamos que deve haver equilíbrio na noção do respeito e entre trabalhadores e os empresários que são trabalhadores. Não podemos é sistematicamente e que no ADN deste partido Bloco de Esquerda sistematicamente se vê, é originário, eu compreendo, a tendência para a crítica fácil, a diabolizar a atividade empresarial e os empresários que são uma espécie de usurários que querem lucro. Os senhores, por favor, entendam que todos nós somos necessários e, felizmente, em Portugal há situações muito excecionais, como em todas as atividades, como na política também e no exercício da política percebe que é necessário a noção de respeito e não se, tendencialmente, destruir a noção de um respeito que um povo deve ter pelos seus empresários.-----

Pedi para intervir o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, referindo que gostaria apenas aqui de lembrar que faz todo o sentido nesta altura lembrar-nos os trabalhadores. E, sim, Senhor Deputado João, alguns empresários também são trabalhadores e não estamos a confundir os pequenos empresários que trabalham com a sua família e que muitas vezes consideram os seus trabalhadores a sua própria família, com grandes empresas como bancos, EDP's, etc., que têm visto nos últimos anos uma degradação verdadeiramente vergonhosa das condições de trabalho dos seus trabalhadores. E há muitos estudos que indicam na Europa, nos EUA, etc., que se da II Guerra Mundial até aos anos 80 do século passado o trabalho foi sempre valorizado progressivamente, a partir do final dos anos 70, inícios dos anos 80 até agora têm-se desvalorizado enormemente, ao ponto de ouvirmos um analista francês dizer que se no século XXI quisermos fazer fortuna o melhor é herdá-la porque a trabalhar ninguém consegue ter uma vida digna. E realmente o valor social do trabalho e sobretudo o valor económico do trabalho independentemente dos aumentos mais ou menos nominais tem diminuído imenso em relação ao custo de vida nos últimos anos e isto é verdade. O que tem aumentado também muitas vezes é as horas de trabalho não declaradas dos trabalhadores sobretudo em grandes empresas e, sobretudo, no sistema bancário que é quem domina toda a questão económica e se não acreditam perguntem a qualquer bancário.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi cedida a palavra ao Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, referindo que era só para dizer ao Senhor Deputado João Guerreiro da Conceição que nos últimos 25 anos eu não fui trabalhador por conta de outrem. E por isso respeito, seria um idiota completo se eu não respeitasse os pequenos empresários, quando 98% do tecido empresarial em Portugal é feito por pequenos e médios empresários, seria eu um idiota completo. Mas eu percebo que o Senhor Deputado nos quis saudar com um momento de boa disposição e isso também é necessário ficarmos aqui todos bem-dispostos. Eu percebo o Senhor Deputado Mário Botelho, mas o dia 1.º de Maio é de facto historicamente o dia dos trabalhadores. Não tenho nada e como acabei de dizer contra os empresários, contra os pequenos e médios empresários, não tenho absolutamente nada, como eu disse nos últimos 25 anos não fui trabalhador por conta de outrem e por isso não tenho nada contra. Agora historicamente este é o dia dos trabalhadores que é feito aqui é uma resenha da história e depois as saudações a quem nós achamos que devem ser saudados neste momento. E é evidente que aqui aqueles que se consideram empresários, trabalhadores, e disseram bem os Deputados João Guerreiro da Conceição e o Deputado Mário Botelho disseram bem nesse aspeto e devem considerar-se trabalhadores sentir-se-ão saudados também.-----

Passou-se à votação;-----

- **Voto de Saudação ao 1.º de Maio, apresentado pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda;** foi aprovado por maioria, com 33 votos a favor e 1 abstenção do Deputado João Guerreiro (PSD).-----

**6- Período da Ordem do Dia;**-----

a)- **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município,** ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;-----

Para a apresentação deste ponto, foi cedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que referiu que em termos de enquadramento geral as intervenções feitas no Período de Antes da Ordem do Dia, portanto, algumas delas simplificam-me a mim a tarefa porque todas aquelas questões que foram já realçadas nessas intervenções e de alguns dos Senhores Deputados naturalmente que passarei e procurarei ser o mais possível sintético, coisa que confesso que nem sempre consigo, mas na verdade a atividade camarária como poderão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

constatar mais uma vez é de uma riqueza e de um dinamismo que se torna por vezes difícil com o tempo limitado de uma Assembleia, mas as regras são assim mesmo, portanto, falar de tudo, no entanto, essa é a ordenação da informação, vamos primeiro para a Solidariedade e Inclusão.-----

Gostava de falar aqui que as vacinas nos lares estão concluídas, começaram a ser vacinados cidadãos acima dos 80 anos e pessoas com 50 ou mais anos, portanto, com patologias associadas consideradas perigosas. Os bombeiros municipais e as forças policiais foram vacinados, professores e funcionários das escolas, foram montados para esta operação 2 postos de vacinação um no Centro de Saúde de Quarteira, outro em Loulé, realizamos também com técnicos especialistas uma reunião via Zoom em que esclarecemos dúvidas e procuramos baixar o nível de angústia a pessoas que estavam receosas de admitirem a vacina, foi uma sessão muito participada e que correu muito bem e penso que prestamos um bom serviço com a ajuda de médicos e técnicos do Infarmed e enfermeiros também. Neste momento, decorre a testagem em massa dos funcionários municipais com regularidade, pois como sabem a estratégia nacional assenta em vacinar o mais possível e ao mesmo tempo ser absolutamente rigoroso acerca do vírus e isso consegue-se apenas com a testagem em massa que é aquilo que estamos a fazer, primeiro aqui no nosso universo de funcionários municipais e muito em breve com testes à população em geral, está apenas o concurso público a decorrer, mal possamos adjudicar esses testes passaremos a essa fase.-----

Um projeto muito interessante da inovação social de uma empresa que é Um Cão à Minha Janela, revelou-se uma surpresa, uma relação muito afetiva entre pessoas que suportaram o isolamento familiar e o convívio com amigos, um cão, imaginem, descobrimos isso, eu também não sabia, mas um projeto lindíssimo e que nos deixa todos sensibilizados e com excelentes resultados.-----

Depois já foi falado aqui todo o trabalho da Câmara no que diz respeito ao NPISA, portanto, que é o Núcleo de Planeamento e Intervenção dos Sem-Abrigo em Loulé, devo dizer que nós somos dos primeiros municípios a ter resultados concretos muito positivos também nesta área, o que nos deixa bastante confortados porque nunca como até agora atacamos o problema de uma forma programática e sistemática.-----

Depois temos aqui mais situações, o Apoio aos Agrupamentos Escolares no desconfinamento. A Linha de Educação Solidária que continua a proporcionar apoio psicológico, há 24 famílias que têm sido apoiadas.-----

Em frente, com mais atividade municipal daquilo que é habitual, a comemoração do dia 9 de abril da Batalha de La Lys. Também este ano um momento muito alto e gostava de chamar a atenção dos Senhores Deputados para isto, atribuímos o nome do Professor Joaquim Romero Magalhães ao Arquivo Municipal de Loulé, o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Arquivo Municipal de Loulé, repito, temos dito muitas vezes, é um dos 5 arquivos em Portugal com documentação mais rica sobretudo a documentação do período medieval, o Professor Joaquim Romero Magalhães é um louletano, nascido em Loulé, mas verdadeiramente um homem do mundo, muito justamente lhe atribuímos este nome, fizemos justiça porque a craveira intelectual como Historiador, como Professor Universitário, mereceu perfeitamente isso.-----

O 25 de Abril comemorámos, como todos sabem, com um concerto da Teresa Salgueiro. As Festas em honra da Mãe Soberana foram as possíveis, infelizmente para todos nós. Lançamos uma obra que nos deve orgulhar a todos em Loulé, temos um Cancioneiro Popular feito por um académico, o Professor João Minhoto Marques, que apresentamos muito recentemente, apresentou o Professor Guilherme de Oliveira Martins, Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian e na sessão damos a honra da sua presença e participação da Senhora Ministra da Coesão Territorial.-----

O 25 de Abril, mais uma vez, imagens, foi uma festa bonita, aquilo que foi possível.-----

Aqui temos também a inauguração de uma peça de arte pública que é o *Metoposaurus Algarvensis*, mais uma vez a Senhora Ministra da Coesão Territorial e os colegas autarcas de Silves e de Albufeira estiveram presentes, o Senhor Presidente da Junta, o Presidente da União de Freguesias, o representante da Junta de Freguesia de Alte, enfim, foi também um grande acontecimento e, portanto, demos assim em termos de icónicos uma marca que fica para muitos anos no território a marcar o território especial que é o Geoparque que terá com certeza a chancela Unesco.-----

Depois o Programa Toma Lá Dá Cá, o Senhor Vereador já explicou como é que ele está a andar, na verdade gostaríamos que tivesse neste momento com outra velocidade de cruzeiro, o Senhor Vereador explicou, mas estamos ainda a trabalhar para que ele possa revelar todo o seu potencial de ajuda à economia local sobretudo às pequenas e médias empresas sobretudo muito na área da restauração e dos pequenos negócios, não só da restauração, e que tem um enorme potencial para gerar uma enorme circulação monetária na economia na ordem dos 5 milhões de euros.-----

Já foi dito também aqui, não vou repetir, um grande investimento da Câmara Municipal de Loulé de cerca de 1 milhão de euros no interior, na Freguesia do Ameixial, esperemos que empresas se estabeleçam ali porque não nos conformamos com as dificuldades do interior, fazemos tudo para contrariar e sinceramente deixem-me que vos transmita aqui a minha convicção de que há sinais de que o interior pode começar a conhecer, digamos, a inversão do ciclo de quebra demográfica, envelhecimento da população e muito também declínio



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

económico. Há sinais de que este ciclo vai ser invertido. Nós estamos a trabalhar para isso.

Depois temos aqui um Projeto, o primeiro Laboratório Colaborativo do Turismo, portanto, que está a funcionar no INOVACENTER, é financiado pela FCT e é para contribuir para a melhoria da situação social dos trabalhadores na área do turismo.

Depois recebemos mais uma vez o galardão do Município Amigo do Desporto, foi criado o Centro Cyclin Portugal em parceria com a Federação Portuguesa do Ciclismo, criamos uma rede com 20 percursos de 900 quilómetros cicláveis e a realização do I Ciclo de Formação de Dirigentes Desportivos. Portanto, o desporto como marca forte deste Município e continua sempre presente.

Qualificação do Território. Temos aqui vários projetos na área do ambiente, da biodiversidade, da recuperação dos ecossistemas, são na verdade imensos, eu convido os Senhores Deputados a se informarem detalhadamente porque o concelho de Loulé está de facto a ser uma referência nacional cada vez mais no que diz respeito aos vários projetos que desenvolve quanto à biodiversidade que é como sabem o mundo para o qual estamos cada vez mais atentos, despertos com técnicos na Câmara que trabalham muito bem nessa área e que para nós é um grande orgulho o trabalho que vamos fazendo.

O Dia Mundial da Floresta, espero que conheçam aqueles 2 senhores que estão ali, portanto, o Dia Internacional da Proteção Civil, depois inauguramos o estacionamento para 200 lugares de estacionamento, há obras de aplicação de painéis fotovoltaicos em vários equipamentos desportivos, em piscinas, em escolas, nós estamos já neste momento com cerca de 1 megawatt instalado em todo o concelho de Loulé e devo-vos dizer que também aqui em breve espero dar-vos a notícia que seremos provavelmente no país o Município com maior capacidade de geração de energia, que estamos a poupar muito dinheiro, estamos a poupar cerca de 750 toneladas por ano de CO2 para a atmosfera, também aqui somos absolutamente vanguardistas com grande orgulho para este Executivo Municipal.

Inauguramos também a primeira pedra nos fogos de habitação de Salar, eles serão 17 para já, mais vêm aí mais, também quero que vos diga que a Escola D. Dinis está praticamente concluída, o Atlético Sporting Clube também está concluído, a Pista de BMX também está terminada. Abrimos o concurso para mais uma escola, ali ao lado do Continente, das Hortas de Santo António, instalamos equipamentos geriátricos na Tor, o Pavilhão Multiusos de Almancil continua a todo o vapor, enfim, uma grande atividade da parte das obras municipais. E, portanto, não é só projetos, é já muita coisa concreta, em construção, outra obra que vai começar dentro de pouco tempo são as instalações do INEM no Algarve,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

chamo a atenção dos Senhores Deputados que a Proteção Civil do Algarve, agora o INEM, o alargamento do heliporto, são todas decisões concretizadas algumas já, outras a andar muito velozmente que colocam Loulé com uma grande centralidade de serviços para a região. Senhores Deputados considero que este é um eixo da atividade municipal que irá dar no futuro curto, médio prazo uma grande projeção à cidade de Loulé e naturalmente ao concelho de Loulé também. Foi adjudicada a obra do novo Centro de Saúde de Loulé, vão começar as obras de ampliação do Centro de Saúde de Almancil, enfim, são muitas coisas, aqui temos outra vez a habitação, mas já falamos muito na habitação, não são só apartamentos que entregamos, nem concursos que abrimos, são muitas casas adquiridas, projetos feitos para começar obras. Também aqui quero vos dizer que talvez com exclusão de Lisboa neste momento a trabalhar tão bem com trabalho já demonstrado no país, em Portugal, deixe-me que vos diga que Loulé se não for depois de Lisboa o Município seguinte andarão muito perto. Portanto, são todos estes motivos de conforto para todos nós que trabalhamos para as pessoas, em vários domínios como aqui se pode demonstrar neste relatório que estou a apresentar. Aqui temos os projetos para os 64 fogos na 1.ª fase na Clona, que compramos os terrenos, como já sabem, enfim são imensas coisas. Há também um concurso, uma candidatura aberta para podermos apoiar rendas a famílias que não tenham rendimentos suficientes, os Senhores Deputados sabem, com certeza, isto. No Bairro Municipal temos em fase de conclusão do projeto a reabilitação e a ampliação de todas as casas do bairro municipal. Aqui estamos a fazer uma pequena alteração ao Plano Diretor Municipal muito importante porque quando nos vejamos confrontados com a necessidade de licenciar objetos de claro interesse público se possa fazê-lo de uma maneira ligeira sem ficar à espera de uma revisão do PDM que como sabemos são processos muito pesados e às vezes a urgência de decisões úteis para todos nós não se compadece com dinâmicas tão pesadas. Então estamos a fazer uma pequena alteração ao PDM para que isso seja possível.-----

A Informação Financeira, e com isto concluo, temos uma quebra na receita, no orçamento, como podem ver 2,5%, o orçamento da despesa subiu mais 6,4% e isso deve-se muito ao aumento das despesas com pessoal e também ao aumento das despesas de investimento de capital, também tem peso nesta diferença de 6,4%. O investimento, como podem ver subiu 13,9%, como podem ver comparando março de 2020, o que aliás basta comparar os 2 valores da esquerda e da direita da coluna. Senhores Deputados aqui temos as transferências financeiras, a dívida orçamental como podem ver baixou e também as disponibilidades orçamentais e operações de tesouraria também baixaram significativamente.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, primeiramente para agradecer, mais uma vez, ao Senhor Presidente da Câmara já que nos últimos números da Assembleia tenha ressalvado ou se entenderem criticado de forma construtiva a análise que se faz aqui periódica dos trabalhos do Executivo não contemplava exercícios de ordem económica, creio que neste momento o saldo da operação dos restaurantes dos quais os táxis favoreceram o serviço da restauração, que é um saldo bastante positivo, este Dá, penso que haverá certamente um valor que se acrescenta à economia e aos estabelecimentos comerciais e à economia do Município, portanto, ressaltar que o Senhor Presidente pouco a pouco, gradualmente, vai aceitando que embora, obviamente, não goste que as nossas críticas sejam construtivas e que no fim de contas quem sai do lado melhorado é o munícipe que é o que nós pretendemos porque na realidade nós fomos eleitos para que o munícipe seja salvaguardado e seja melhorado. Nesse sentido, congratular o Senhor Presidente da Câmara, mais uma vez, pelas duas iniciativas, restante a casa e este do dar.-----

Da análise financeira que fizemos, contudo, não podemos ser tão lisonjeadores. E não foi por falta de aviso porque já foram muitas das vezes que eu próprio nesta Assembleia tenho alertado que vem na realidade a comprovar. Em termos de sumula, o primeiro trimestre comparado com o primeiro trimestre do ano passado temos um saldo negativo deficitário na ordem de 2,5 milhões de euros, que é catastrófico. Começando a analisar a despesa o que vemos, tal como o Senhor Presidente referiu, existe um aumento significativo de despesa com pessoal, aquilo que nós também temos alertado, atendendo à característica estrutural fixa que em situações de catástrofe, de situações de baixa económica, isto se viria a sentir, veio na verdade a confirmar-se, aquilo que nós alertámos e que indevidamente este Executivo não tomou nota. Na realidade, o custo com o pessoal aumentou em três meses 1,5 milhões de euros, subiu 17.7 comparado com o mesmo período do ano passado e passou a 6,9 milhões para 8,5 milhões de euros o que na realidade achamos que é demasiado, demasiado porque compromete o futuro e a rentabilidade económica, o equilíbrio económico do Município. Quando analisamos tal despesa verificamos que ela cresce 2,5 milhões de euros, 13,67% quando comparado com o ano de 2020. Então a despesa cresce na totalidade 13,67% relativamente ao mesmo período do ano passado.-----

Quanto a receita, ela diminui. Portanto, aumentamos os custos, diminuimos a receita e claro isto gera um défice, gera um resultado negativo que foi aquilo que acabei de afirmar de 2,5 milhões de euros. O facto de a receita total baixou de 4,86%, cerca de 1,5 milhões de euros, que efetivamente não é real porque se retiramos os valores das transferências de capital na ordem de 1,2 milhões de euros a receita cai para 10,40, portanto, cai 2,3 milhões de euros. Em suma,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

existe uma baixa da receita, um aumento de despesa, especialmente o aumento da despesa fixa que é aquela que não se pode aligeirar de forma rápida, o que invariavelmente este resultado é um resultado penoso, é um resultado deficitário relativamente ao mesmo período do ano passado. E não digam que não os avisamos porque foram vários avisos que esta bancada fez relativamente a esta questão. O que veio a concretizar-se na redução das disponibilidades na ordem dos 20 milhões de euros, veio a concretizar-se a redução das disponibilidades na ordem dos 20 milhões de euros. Mas há de salientar um facto bastante importante que, provavelmente, poderá passar despercebido a alguém que olhe para este documento com alguma pressa que é justamente a quebra não dos impostos diretos, mas a quebra só do IMT. O que é que é o IMT, Imposto Municipal sobre as Transações, é claro consequência da dinâmica que cada Município implementa em cada Município por forma a que haja mais transações imobiliárias, nomeadamente, na construção e obviamente em transações de imóveis já concluídos, mas isto claramente num imposto quando cai só representa uma coisa, ausência de dinâmica, outrora um baluarte deste Município permitiu conseguir fazer o que Loulé é hoje que geria de forma frutuosa, de forma enriquecedora este Município de fluxos financeiros, neste momento vemos que há uma quebra brutal na ordem dos vários milhões de euros que cai de 15 milhões para 11 milhões, perto de 4 milhões de euros que representa certamente perto de 26,95%. Isto é preocupante para não usar outra adjetivação a queda do IMT na ordem dos 26,95% o que significa mais um contributo para uma situação financeira desastrosa do Município de Loulé. Portanto, mais uma vez reitero que os próximos meses serão cruciais para que possamos minimizar o impacto que temos na receita negativa do Município e acreditar que este Executivo terá todos os meios ao seu alcance para poder inverter esta situação e tornar a Câmara Municipal de Loulé numa situação de equilíbrio económico como tem sido espelho nos últimos anos.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, referindo que em relação ao relatório, o relatório está mais ou menos bem delineado, tem muita coisa que foi feita, mas eu não vou entrar pelo elogio fácil porque nós consideramos que isso é trabalho dos autarcas que são eleitos fazer o trabalho bem feito, há outras coisas que nós eventualmente poderemos não concordar, mas eu vou resumir a minha intervenção à situação financeira. Gostava de uma explicação, Senhor Presidente, para de facto esta queda do IMT no valor de 4.100.000,00€. Porquê isto? Nos impostos indiretos baixou 100.000,00€ também. Nas taxas de multas e penalidades aumentou 104.000,00€ no ano de pandemia. Todas estas matérias que eu estou a referir era para explicações, apenas. As



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

transferências de capital aumentaram 1.850.000,00€, o rendimento de propriedade aumentou 890.000,00€. Despesa de pessoal aumentou 1.500.000,00€, a pergunta que eu faço é, são tudo de pessoal que neste período entrou para o quadro ou houve necessidade de alguns momentos gastar dinheiro este ano com pessoal se tivesse contratado ou de uma outra maneira? Uma pergunta que eu deixo. Isto na despesa e na receita.-----

Em relação ao detalhe do investimento. Eu gostava de uma explicação para esta questão que é do no ano de pandemia de instituições sem fins lucrativos menos 420.000,00€. E depois uma explicação para instituições aparecerem aqui associações sem fins lucrativos de educação, ambiente, apoio social, cultura, desporto e as outras. As outras foi sempre uma coisa que me assustou um bocado, mas eu gostava de uma explicação para esta questão. E já agora, Senhor Presidente, para quando o início, se tem alguma ideia, do Centro Cultural em Quarteira.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, referindo-se apenas à intervenção do Senhor Deputado Mário Botelho há aqui um aspeto, ele depois ainda referiu na parte final, mas, entretanto não focou muito bem, não há dúvida que há uma quebra substancial da receita ao nível de 1.100.000,00€, portanto, em março de 2021 face a igual período do ano passado. Relativamente à despesa aumentou qualquer coisa como 2.900.000,00€, sensivelmente. Agora uma coisa é certa, não nos podemos esquecer que o IMT vale 1.300.000,00€, que aliás foi dito que não cumpre a esta Câmara, mas tem a ver com a situação económica absolutamente anormal, absolutamente atípica que se viveu no ano de 2020 e que se continua a viver face à situação pandémica que o nosso país atravessa há 1 ano e 2 meses. Obviamente que nos primeiros meses de 2020 não teve grande reflexo em termos de impostos diretos, mas o que é facto é que depois com o agravamento da situação veio a ter. Não nos esqueçamos que deixamos de ter turismo, a economia tem estado parada, aliás, muitos negócios que foram feitos foram através de fundos financeiros, têm-se cingido a isso, se efetivamente não temos, no fundo, uma mobilidade de pessoas sobretudo de pessoas estrangeiras, se o nosso país não é visitado, obviamente que a atividade sobretudo imobiliária resulta muito do turismo na nossa zona obviamente que tem reflexos. Esta leitura tem de ser feita em função dos momentos que atravessamos, em função do momento que vivemos há 1 ano e 2 meses.-----

Por outro lado, há aqui outro aspeto, as despesas de investimento também aumentaram cerca de 1.250.000,00€ sensivelmente. Porquê? Se formos ver, no fundo, há uma necessidade de resposta a uma situação anormal que se tem vivido no último ano por parte da Câmara nomeadamente em termos de apoio à



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

economia, temos apoio ao comércio, temos apoio social, portanto, isso tudo se reflete na rúbrica de despesa. Portanto, não podemos escamotear esta situação e, sobretudo, temos que entender, não há dúvida que há dívida, isso é um facto, a grande dinâmica feita pelo nosso município resulta das transações imediatas, resulta do IMT e algum IMI, mas sobretudo o IMT é a grande discussão que as nossas receitas de impostos diretos têm. Obviamente que esta quebra de em 3 meses de 4.200.000,00€ tem de se refletir nesta estrutura da despesa face à receita e vice-versa. Há que fazer uma análise cuidada, não utilizarmos os números para ao fim e a cabo não ter alguma magia, algum malabarismo, mas ter alguma leitura correta em função da situação económica que se vive no momento.-

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, para responder ao Senhor Deputado Calçada Correia, é inevitável, é impossível escamotear os dados e os dados são aqueles que nós lemos e aqueles que nós interpretamos e na realidade o que vemos de uma forma muito simplista que qualquer um que não é economista entenda, há na realidade uma quebra da receita e há pelo contrário uma evolução da despesa. E isso gera um hiato, gera um buraco. E esse buraco chama-se défice e esse défice sai do bolso do contribuinte. Portanto, nós como qualquer deputado municipal estará aqui sempre para contribuir com este Executivo ou com outro Executivo qualquer no sentido de que o equilíbrio financeiro desta Câmara seja sempre o melhor possível e alertando, opinando sobre os caminhos que se deve seguir para que se cumpra de uma forma criteriosa, de uma forma equilibrada os resultados económicos deste Município. O facto é que o que temos observado é que ao longo destes anos todos, pelo menos nos últimos 3 anos e meio temos alertado para a variação dos custos fixos, alertando em fases de ciclos económicos desfavoráveis um custo fixo estrutural que é muito difícil reduzir com o qual sem uma redução da despesa haverá claramente um défice e é o que está a acontecer hoje e ninguém quis ouvir esta bancada e ele, neste momento, está latente aquilo que acabamos de alertar e aquilo que acabamos de constatar, sobretudo. Portanto, é na realidade também como diz o Senhor Deputado Calçada Correia poderá haver uma parte significativa desta ausência de imposto que se deva, obviamente, à pandemia e ao facto da economia estar parada, mas nós entendemos que grande parte das consequências desta redução de IMT se deve também claramente ao problema intrínseco da Câmara Municipal de Loulé relativamente ao processo de licenciamentos, o processo moroso de que se possa construir em tempo útil, o que leva na realidade a grande parte dos empresários da área da imobiliária, da área da construção a se afastarem para outros concelhos limítrofes e esta é claramente para nós o principal motivo da quebra do IMT. Claramente o motivo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

de quebra de IMT é na atividade deste Município, outrora um baluarte deste Município que levou aquilo a conseguirmos construir o que é hoje o Município de Loulé e que neste momento este Executivo está a desbaratar de uma forma muito rápida. Por isso a nossa leitura é sempre aquela que, obviamente, fazemos os números que são claros e inequívocos para quem queira consultar.-----

Foi cedida a palavra ao Executivo Municipal, em nome do Senhor **Presidente da Câmara**, que referiu que contra aquilo que é habitual cabia-lhe a si defender as contas da Câmara coisa que eu faço, enfim, com gosto e com a informação que eu tenho disponível e queria começar por dizer que me parece muito mais justa e acertada a abordagem do Deputado Calçada Correia que a abordagem do Deputado Mário Botelho da qual discordo, não porque não estamos aqui a discordar por discordar, quer dizer, a situação nem de longe nem de perto está fora de controlo, a situação de equilíbrio financeiro da Câmara continua felizmente bem patente, aliás, a sua leitura dos números não coincide com outras leituras dos números que eu agora vou justificar.-----

Primeiro, a redução do IMT, que é um facto, não tem nada a ver com a quebra da atividade de licenciamento da Câmara, não tem. Tem a ver com uma pandemia que de facto leva, digamos, a um arrefecimento da economia global e o concelho de Loulé não é alheio a isso. Mas queria dizer-lhe que o que lhe parece a si uma grande redução na verdade não é e eu explico-lhe porquê. Em janeiro de 2020, portanto, contas do ano passado, nós tivemos um recebimento extraordinário que foi relativo a escrituras feitas em dezembro de 2019 no valor de 7,2 milhões de euros. Repare, Senhor Deputado, só aqui o Senhor tem 7,2 milhões de euros, que entraram apenas por atraso nas contas de 2020. Este ano ao comparar o 1.º trimestre de 2020 com 2021 está por essa via de introdução de uma receita que foi excepcional porque em bom rigor ela deveria ser contabilizada ainda no ano de 2019 e que foi contabilizada no ano de 2020. E repare que são 7,2 milhões de euros. Depois queria-lhe dizer que o ano passado, se bem se lembra, a crise do COVID começa a sentir-se fortemente já a partir de meados de março, este ano foi em janeiro, Senhor Deputado. Portanto, o Senhor tem aqui 2 razões fortíssimas que explicam aquela que é uma aparente redução do IMT que na verdade não é. Em rigor em termos absolutos o ano de 2020 relativamente ao ano de 2019 há até uma ligeira subida do IMT, coisa que nos surpreendeu a todos e que aliás já foi aqui várias vezes referido. Portanto, o quadro está longe de ser o quadro tão pessimista que o Deputado Mário Botelho aqui colocou por esta razão que eu expliquei.-----

Depois queria-lhe também dizer que as despesas com o pessoal naturalmente que, Senhor Deputado, nós tivemos a viver anos de desinvestimento na Administração



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pública Municipal, portanto, as pessoas reformaram-se e não podiam entrar. Os serviços foram sendo, se quiser, desnatados, havia poucas pessoas, as coisas não funcionam, cada vez temos mais equipamentos, temos que contratar pessoas, Senhor Deputado, temos que contratar pessoas, que nós temos um trabalho muito bom feito em áreas de ambiente, para isso nós precisamos de técnicos, jovens, temos contratado essas pessoas. Nós precisamos de acelerar as questões do licenciamento urbanístico, temos que contratar arquitetos, coisa que temos feito, ainda há bocadinho a Senhora Vereadora Heloísa Madeira referiu isso mesmo. Nós precisamos de acorrer a situações de falta de jardineiros, de maquinistas porque na verdade não tínhamos, este é um grande concelho e por muito que o Senhor queira as coisas não funcionam por si, as coisas precisam de mão-de-obra, precisamos de contratar pessoas e é isso que estamos a fazer e estamos a fazer com todo o sentido de responsabilidade. Não se esqueça que nos últimos anos, só nos últimos 4 meses para lhe dar um exemplo, saíram 82 pessoas, reformaram-se 82 pessoas. Se acrescer a esta situação a circunstância de nós estarmos a receber competências novas na área da saúde, enfim, em outras áreas também para além da saúde, a Educação já temos, nós não a recebemos, o nosso trabalho na educação é como se nós já tivéssemos assumido essas competências. E, portanto, o número significativo de pessoas que são contratadas, são pessoas que são exatamente que foram contratadas para as escolas e eu digo-lhe que é 1,1 milhão de euros, muitos desses funcionários, uma boa parte deles são para as escolas. Para quê? Para que os nossos meninos possam ter um número crítico de técnicos operacionais nas escolas para poderem auxiliar os professores para que a escola funcione com normalidade. Aliás, eu queria recordar ao Deputado Mário Botelho que muitas das vezes disse aqui "Senhor Presidente, contrate pessoas", é que nós não podemos por um lado ser criticados por, enfim, não fazer por não termos pessoas, disseram-nos em determinada altura mais de uma vez, "contratem pessoas, precisam de investir, precisa de fazer mais, Senhor Presidente contrate", agora contratamos pessoas, o Senhor Deputado aparece a fazer a crítica inversa. Aliás, na mesma linha eu quero dizer-lhe que ainda há bocadinho nos disse que as reduções das disponibilidades foram muito grandes. Mas então ao princípio tínhamos muito dinheiro e não gastávamos o dinheiro, agora gastamos o dinheiro já reduziram as disponibilidades. Naturalmente, Senhor Deputado, quando nós investimos muito mais porque neste momento estamos a atingir uma velocidade de cruzeiro em termos de investimento, naturalmente que as disponibilidades têm de reduzir e eu acho que isto é uma coisa positiva porque de facto os municípios não existem para amearhar dinheiro, existem para investir o dinheiro e resolver os problemas das pessoas que é isso que nós estamos a fazer. Agora o Senhor não pode é de uma posição de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

incoerência, desculpe, que sublinho a sua incoerência, num momento critica-nos por uma coisa, a seguir critica-nos pelo contrário. Portanto, tem que haver coerência. Se a Câmara reduziu as suas disponibilidades é porque a despesa, e essa despesa é não só despesa com pessoal de cerca de 1 milhão e meio de euros, mas é também despesas de investimento com um 1,3 milhões de euros de investimento também subiu, quer dizer que há muito mais obras em curso, muitas mais coisas a serem feitas, Senhor Deputado Eu acho que isto é positivo, aliás, eu repito, já disse aqui várias vezes que o Município de Loulé em Portugal, dos municípios de média dimensão, já no ano passado foi o Município que mais investiu em despesas de capital e em obras. Portanto, nós estamos muito bem posicionados e, portanto, não vale a pena dizer que temos uma situação financeira desastrosa porque isso está muito longe de ser verdade, disse-o e eu ouvi-o, isso está muito longe de ser verdade, não vale a pena dizer que há uma quebra de receita porque não houve, já lhe expliquei o que se passou com o IMT, está explicado, não vale a pena dizer que há um aumento muito grande de despesa, há de despesa de pessoal, mas isso é pessoal que faz falta contratar porque, como disse, nós temos que preparar a nossa Câmara para o futuro, nós temos que ter um Município funcional, com pessoas a limpar ruas, com pessoas a tratarem dos espaços verdes, com funcionários nas escolas, agora temos mais pessoal técnico operacional, técnicos que vêm dos centros de saúde também vieram para a Câmara, portanto, nós temos todo um mundo que está em evolução e em transformação acelerada que nos obriga a contratar pessoas até porque há muita gente a reformar e nós não podemos esperar que as pessoas se reformem e depois é que vamos contratar. Há um conhecimento dos antigos funcionários públicos municipais que durante algum tempo têm que ser absolutamente transferido para os mais jovens, portanto, nós estamos aqui a gerir a Câmara do meu ponto de vista com um sentido de responsabilidade, aumentou a despesa com pessoal, mas ela é necessária, pode crer que ela é necessária, mas também aumentou a despesa e muito com o investimento de capital, há muito mais obras a serem feitas por todo o lado e, portanto, quanto às receitas já lhe expliquei qual é a razão da quebra da receita. Repare que a situação, nós conseguimos isto tudo em contexto de pandemia que é um contexto difícil e mesmo assim temos as contas equilibradas, claramente equilibradas, tanto assim é que o IMI continua o mais baixo quanto possível de acordo com a Lei e, portanto, a carga fiscal no Município de Loulé é a mais baixa do país, pode haver igual, mas mais baixa não há. E, portanto, as contas estão do meu ponto de vista equilibradas e aquilo que causa tanta angústia ao Deputado Mário Botelho, deixe-me que lhe diga aqui deste lado não causa angústia nenhuma porque as contas estão equilibradas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

estão a ser bem geridas.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, referindo que há uma coisa que tem de dizer pois concorda com o Senhor Presidente da Câmara, é que de facto uma Câmara Municipal ou qualquer outra Autarquia não é um banco para acumular dinheiro, o dinheiro que recebem as autarquias são o dinheiro das pessoas e deve ser redistribuído em obras e bem-estar para as pessoas. Com isso concordo absolutamente com o Senhor Presidente da Câmara. Agora há aqui uma coisa que eu queria, se eu percebi bem o Senhor Presidente disse, que diz que houve um recebimento extraordinário em 2020 de 7.200.000,00€, penso que foi essa a verba que eu percebi, ou seja, se não fosse esse recebimento extraordinário a receita tinha sido de 8.700.000,00€, querendo com isto o Senhor Presidente dizer que este ano ainda aumentamos 3.000.000,00€. É isto que me está a querer dizer, Senhor Presidente?-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que em resposta à resposta ao Senhor Presidente, queria deixar aqui 4 ou 5 notas. E utilizando as palavras do Senhor Presidente indicando que a incoerência não está nas minhas palavras, mas nas do Senhor Presidente e realço de uma forma muito simples e subliminar duas notas muito breves. Primeiro que tudo, e é fácil porque felizmente ou infelizmente as sessões das assembleias são gravadas e elas falam por si, sempre foi por parte deste Executivo e por parte do Senhor Presidente da Câmara, ele próprio expressou várias vezes aqui nesta Assembleia de que a aposta em pessoal era uma ação estratégica dele e que ele suportava o custo disso. Agora vem invariavelmente dizer que não, não, não, vocês é que me diziam para contratar pessoal. Senhor Presidente, isto demonstra incoerência nas suas palavras e naquilo que o Senhor diz nesta Assembleia. O Senhor sempre defendeu de que a contratação de pessoal era uma estratégia vossa, aliás os slogans das suas campanhas era "ninguém fica para trás", claro, sobretudo se tiver um cartão do Partido Socialista. Mas, portanto, o discurso incoerente é do Senhor quando diz que somos nós que pedimos para contratar pessoal. Nós não temos nada contra o pessoal da Câmara Municipal de Loulé, muito pelo contrário, nós estimamos e honramos as pessoas que lá trabalham, o problema é que o Senhor não consegue conjugar 2 fatores essenciais da economia que se chama eficiência e eficácia. Eficiência quando se pretende atingir objetivo último, eficaz quando se faz o mínimo de recurso possível. O que o Senhor faz é quer ser eficiente, mas não quer ser eficaz. Gasta aquilo que tem e aquilo que não tem. E, claro, agora vem o que antigamente dizia que devia poupar algum dinheirinho quando nós afirmávamos que tínhamos 80.000.000,00€ no banco, não, não, nós



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

temos que poupar algum dinheirinho para quando tiver uma altura adversa, difícil, termos algum dinheirinho, agora vira o bico ao prego, e diz completamente o contrário, não a Câmara Municipal de Loulé não é propriamente um banco não tem de poupar. Oh, Senhor Presidente, tenha bom senso, por favor, e não diga aquilo reiteradamente e de uma forma manifesta que faz nesta Assembleia que é um discurso totalmente incoerente. Hoje diz uma coisa, amanhã totalmente o contrário.-----

Quando à redução das disponibilidades, Senhor Presidente, nós não estamos contra a redução das disponibilidades desde que ela seja bem aplicada, o problema é que o Senhor faz uma redução das disponibilidades de uma forma despesista, o Senhor não utiliza o conceito de eficácia e de eficiência, quer eficiência, mas de uma forma ineficaz, utiliza o máximo de recursos quando deveria utilizar recursos nossos. O que nós achamos é que existe, se calhar, da Câmara Municipal de Loulé muitos recursos que devem ser otimizados, devem ser valorizados, devem ser beneficiados, devem ser acarinhados e infelizmente não estão. Por alguma razão é, e o que nós queremos é que seja eficiente, mas que também seja eficaz, utilizar o máximo possível com o mínimo de recursos possíveis, o que o Senhor faz é a gestão de dinheiros públicos de uma forma decretória, uma forma, digamos, arbitrária, na realidade, uma gestão económica deficiente daquilo que é o erário público, daquilo que é ou o que deve ser a gestão dos dinheiros públicos. Portanto, não serve, perdoem-me a expressão, tapar o sol com a peneira, vir para aqui para esta Assembleia dizer coisas que outrora era uma verdade para si e neste momento são uma grande mentira.-----

Foi cedida a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, dizendo que não vai dizer as mesmas coisas, pois está claro que o Senhor Deputado Mário Botelho tem uma opinião e eu tenho outra, acho que nós estamos a trabalhar para as pessoas, investir sem colocar em causa a sustentabilidade financeira da Câmara, hoje veio aqui com eficácia e eficiência, enfim, não vou comentar, não vale a pena. O que sei é que cada vez mais nós estamos a prestar um bom serviço aos munícipes com os meios que são os meios da Câmara e que, naturalmente, para que sejam aqueles que são têm que haver investimento quer em obras, quer em contratação de pessoas desde que não se ultrapassem os limites daquilo que é absolutamente razoável e que seja sustentável. Repito mais uma vez em que temos muitas pessoas a se reformarem, temos novas competências a ser transferidas da Administração Central para a Administração Local e que isso nos obriga a responder e a preparar-nos para continuar a boa qualidade do trabalho que é feito por este Executivo para o Município. Aliás, o Senhor Deputado não ouve, com certeza e eu compreendo isso, aquilo que eu oiço, eu oiço genericamente as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

peessoas muito satisfeitas com o trabalho da Câmara. Não é um trabalho perfeito, terá sempre que melhorar em alguns aspetos, mas genericamente devo-lhe dizer que o cidadão em geral olha para o trabalho da Câmara com, digamos, uma forma bastante, bastante positiva e manifestando um elevado grau de satisfação. E há uma certa provocaçãozinha ou outra como aquela do cartão partidário, eu isso nem vou responder porque não vale a pena porque aí, então, eu teria muito para lhe dizer e posso só dizer-lhe, Senhor Deputado, que para mim o cartão partidário ou o Partido interessa-me na altura da campanha eleitoral, depois para mim são as pessoas e procuro rodear-me das melhores para servir as pessoas, o nosso trabalho dos políticos de todos os partidos é trabalhar para as pessoas. A lógica partidária é a lógica da luta política e partidária é uma coisa que aparece naturalmente nas eleições, a partir dessa altura depois continuamos, com certeza, a ter diferentes opiniões políticas, mas focamo-nos sempre, eu pelo menos faço isso, no trabalho, eu trabalho para as pessoas, e devo-lhe dizer que nesta altura estou absolutamente sereno com a prestação deste Executivo.-----

-----  
Passou-se aos pontos seguintes:-----

-----  
**b)- Proposta 16/2021- Deliberação relativa à Aprovação da 2.ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 2.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 2.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 2.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, nos termos previstos na alínea a) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 550-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----**

-----  
**c)- Proposta 17/2021- Deliberação relativa à Assunção de Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, conforme estabelecido na alínea c) do n.º1 do artigo 6.º da Lei n.º8/2012, de 21/02, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 554-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----**

-----  
Para a apresentação das Propostas, foi cedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, esta proposta de alteração orçamental, no fundo é uma revisão, é, portanto, para aumentar em 1 milhão e quase 300 mil euros e é através da atualização de comparticipações que resultaram de candidaturas, nomeadamente, da candidatura da Escola D. Dinis onde nós conseguimos um apoio mais significativo. Depois há 33 rubricas cuja dotação é alterada, eu vou enumerar algumas delas. Essas rubricas, aliás, estão listadas nas propostas distribuídas aos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Senhores Deputados e tem que ver com a construção da Creche do Forte Novo, em Quarteira, onde há um reforço de 750.000,00€, depois também várias obras de manutenção em escolas, têm 500.000,00€ de reforço, a questão dos painéis fotovoltaicos também aí com quase 300.000,00€ mais, a rede de esgotos do Sobradinho, Alfeição e Lagoa de Monprolé, portanto, são obras que já deveriam ter sido abertas e como se atrasaram vamos abri-las agora e precisamos de reforçar e passar verba para o ano seguinte de 2023. Também a requalificação da rua do Clube Náutico e da rua da Botelha e que também temos aqui o problema, portanto, tem que ter verba em 2023 e também um reforço para o Pavilhão Desportivo Multiusos de Almancil que também tem que ter um reforço de verba já para este ano. Portanto, basicamente a ideia é esta, esta alteração é para reforçar o orçamento em 1.300.000,00€ e para poder aqui dotar de mais verba estas 33 rubricas, algumas delas eu enumerei aqui.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, bem vamos na segunda alteração, estamos em final de abril e vamos na segunda alteração orçamental, eu não sei quantas mais virão. Mas é um facto é que há aqui reforço atrás de reforço ainda continuam no mesmo sítio onde estavam há uns tempos atrás. Outras avançaram, de facto, mas algumas continuam no mesmo sítio em que estavam. Mas há aqui uma questão que eu gostaria de pedir explicações, não vou fazer intenções, vou pedir explicações. Alteração modificativa ao plano de atividades municipais, a presente alteração de dotação financeira em 3 rubricas das quais se destacam as seguintes. Gostaria de saber qual era a terceira, aqui só fala de 2. Porquê o reforço de 700.000,00€, eu que não sou especialista em finanças, mas porquê um reforço global de 700.000,00€, contratualização conforme empréstimo aprovado?-----

E depois contrato programa com a Associação de Município Loulé Faro, Parque das Cidades, eu não sei o que é que tem lá sido feito, necessita de um reforço de 620.000,00€ no ano de 2023, contratualização conforme contrato em vigor. Desculpem-me a minha ignorância, mas eu gostava de saber onde é que posso consultar este contrato programa para poder analisar esta situação.-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, referindo querer dizer ao Senhor Deputado Rogério Rochinha que nós faremos tantas revisões quanto aquelas que se revelarem necessárias até porque estamos num ano difícil, é um ano difícil e, portanto, são situações previstas e que nós faremos sempre que for necessário. Depois queria dizer-lhe que relativamente ao plano do Parque das Cidades, em qualquer momento pode visitar qual é o plano de investimentos, podemos fornecer para que possa esclarecer todas as suas dúvidas, os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

documentos são públicos e basta que me diga que pretende consultar os documentos e nós faremo-los chegar.-----

-----  
Passou-se à votação;-----

-----  
b)- Proposta 16/2021- Deliberação relativa à Aprovação da 2.ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 2.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 2.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 2.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, nos termos previstos na alínea a) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 550-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 23 votos a favor e 9 abstenções (8 PSD e 1 CDS)-----

-----  
Passou-se à votação;-----

-----  
c)- Proposta 17/2021- Deliberação relativa à Assunção de Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, conforme estabelecido na alínea c) do n.º1 do artigo 6.º da Lei n.º8/2012, de 21/02, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 554-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 25 votos a favor e 7 abstenções.-----

-----  
Passou-se ao ponto seguinte:-----

-----  
d)- Proposta 18/2021- Deliberação relativa à Não-Aceitação da Transferência de Competências para o ano de 2021, no âmbito do Decreto-Lei n.º 50/2020 de 12 de Agosto, que prevê a transferência das competências para os órgãos Municipais e das Entidades Intermunicipais, no domínio da Ação Social. Não concordância com o Projeto de Mapa que contém os elementos financeiros associados à transferência de competências; [Proposta da Câmara Municipal n.º 694-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

-----  
Foi cedida a palavra ao Executivo Municipal, em nome da Senhora Vereadora Ana Machado, referindo que cumpre muito sucintamente explicitar as razões que se encontram vertidas na proposta que foi distribuída a todos os Deputados e que são as seguintes. Estamos a falar praticamente de 2600 processos familiares, de quase 500 processos de RSI, de 5000, quase 6000 desempregados e a transferência previa, apenas, a transferência de um técnico da Segurança Social para o Município. Dizer que as pessoas, como o Senhor Presidente já referiu,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

merecem toda a dignidade no seu tratamento e a Câmara tem de preparar técnicos e tem que preparar espaços para poder receber estas competências, daí que solicitamos a aprovação da não aceitação por parte da Assembleia Municipal.

Passou-se à votação;

d)- Proposta 18/2021- Deliberação relativa à Não-Aceitação da Transferência de Competências para o ano de 2021, no âmbito do Decreto-Lei n.º 50/2020 de 12 de Agosto, que prevê a transferência das competências para os órgãos Municipais e das Entidades Intermunicipais, no domínio da Ação Social. Não concordância com o Projeto de Mapa que contém os elementos financeiros associados à transferência de competências; [Proposta da Câmara Municipal n.º 694-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 25 votos a favor e 7 abstenções.

Passou-se aos pontos seguintes;

e)- Proposta 19/2021- Deliberação relativa à Aprovação da 3.ª Alteração ao Acordo de Execução relativo a transferências de verbas para a Junta de Freguesia de Alte, no valor anual de 49.394,70€ (quarenta e nove mil, trezentos e noventa e quatro euros e setenta cêntimos), no âmbito da Delegação de Competências, para o mandato de 2018-2021, nos termos do disposto na alínea m) do n.º1 do art.º33.º da Lei n.º75/2013 de 12/09; [Proposta da Câmara Municipal n.º 288-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);

f)- Proposta 20/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Acordo de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Alte, no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de Abril; [Proposta da Câmara Municipal n.º 289-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);

g)- Proposta 21/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Alte; [Proposta da Câmara Municipal n.º 602-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);

A proposta 22/2021, foi retirada da Ordem de Trabalhos da sessão.

h)- Proposta 22/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

S.Clemente; [Proposta da Câmara Municipal n.º 603-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

i)- Proposta 23/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de S.Sebastião; [Proposta da Câmara Municipal n.º 604-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

j)- Proposta 24/2021- Deliberação relativa à Aprovação da 5.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo a transferências de verbas para a Junta de Freguesia de Quarteira, no âmbito da Delegação de Competências para o mandato 2018-2021, no valor de 1.688.017,66€ (um milhão, seiscentos e oitenta e oito mil, dezassete euros e sessenta e seis cêntimos), nos termos do disposto na alínea m) do n.º1 do art.º33.º da Lei n.º75/2013 de 12/09; [Proposta da Câmara Municipal n.º 698-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

k)- Proposta 25/2021- Deliberação relativa à Aprovação da 2.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo a transferências de verbas para a Junta de Freguesia de Alte, no âmbito da Delegação de Competências para o mandato 2018-2021, no valor de 259.650,00€ (duzentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta euros), nos termos do disposto na alínea m) do n.º1 do art.º33.º da Lei n.º75/2013 de 12/09; [Proposta da Câmara Municipal n.º 699-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

l)- Proposta 26/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Quarteira; [Proposta da Câmara Municipal n.º 700-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para a apresentação das propostas, foi cedida a palavra ao Executivo Municipal, em nome do Senhor **Vereador Carlos Carmo**, começando pela alínea e), estamos a reportar-nos a uma terceira alteração ao acordo de execução com a Freguesia de Alte que pressupõe um aumento de verbas para a rúbrica de bermas e valetas, bem como um aumento de verba para a manutenção de escolas, este acordo de execução é referente ao ano de 2021, portanto, é um aumento de 12.500,00€, números redondos para as bermas e valetas e um aumento de 8.789,00€ para a manutenção de escolas.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Continuando para as alíneas f) e g), reportamos o acordo de transferência e auto de transferência, só uma breve explicação, o acordo de transferência e o auto de transferência são os dois documentos que regem o início e o final do processo de transferência entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, no que concerne à Freguesia de Alte não houve qualquer alteração entre o documento inicial, que foi o acordo de princípios que foi definido, bem como no auto, portanto, o que resultou na transferência que é a proposta do valor que está apresentado de 630.000,00€. No que concerne à Freguesia de Alte a mesma contempla transferência de recursos humanos da Câmara Municipal para a Freguesia de Alte, recursos esses que já hoje desempenham as suas funções exclusivamente nesta Freguesia.

Passando para a alínea i) referente ao auto de transferência para a Freguesia de São Sebastião, portanto, este é o final do processo também, tal como com a Freguesia de Alte em que finda o processo com esta aprovação, depois será a devida comunicação à DGAL após depois a aprovação nos órgãos deliberativos das freguesias, no que concerne à Freguesia de São Sebastião, portanto, também é o final do processo, é um auto de transferência em que sofre uma ligeira alteração em relação ao acordo que já tinha sido aprovado. Há uma inserção parcial de uma das competências, portanto, a alínea b) no que concerne à listagem das competências no que concerne à limpeza das vias e espaços públicos está inserido aí apenas a manutenção de bermas e valetas, portanto, algo que não estava previsto inicialmente no acordo, mas que foi definido depois neste processo que foi dinâmico com todas as Juntas de Freguesia e será incluído no processo de transferência de competências. Referir que com a Junta de Freguesia de Alte aceita todas as competências, exceto uma única competência que foi unânime para todas as Juntas de Freguesia que é a que está prevista no decreto-lei que é a alínea m) referente à utilização de fogueiras e lançamento de fogo de artifício, não houve nenhuma Junta de Freguesia que, aliás, foi uma negociação que nós tivemos a todas elas foram unânimes no sentido de não terem capacitação técnica para fazerem essa análise. A Freguesia de Alte aceita todas as competências, mas a Freguesia de São Sebastião ficará para já a partir de 1 de janeiro de 2022 com as competências que estão aí nos documentos que são referentes às pequenas reparações nos edifícios, nos estabelecimentos ditos de educação pré-escolar e 1.º Ciclo e manutenção dos espaços envolventes também aos mesmos estabelecimentos.

Passando para a alínea j) que é a quinta alteração ao contrato interadministrativo com a Freguesia de Quarteira, portanto, estamos aqui a apresentar o documento que rege o período de transição, aliás, onde está inserido o período de transição e criação de estrutura para a transferência de competências com a Freguesia de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Quarteira, eu recorro que este processo iniciou-se já com a aprovação do acordo, houve uma primeira transferência através de uma alteração ao acordo interadministrativo em dezembro de 2020 com cerca de 350.000,00€ e este é o contrato interadministrativo, é esta a alteração que vai inserir a restante verba para o ano de 2021 repartido em 2 tranches, como está referido aí nos documentos em maio e em junho, o que perfaz uma totalidade destas 3 tranches de cerca de 2.000.000,00€, sendo que o que tinha sido acordado a Junta de Freguesia para a transferência de competências, como à frente iremos ver, é de 2.500.000,00€, mas para o período de transição foi deduzido alguns valores referentes, por exemplo, à manutenção de espaços verdes do qual a Câmara executa já com os meios próprios, tal como o Senhor Presidente há pouco referiu com um grande investimento de jardineiros, por exemplo, o que permitiu que o município pudesse assegurar com meios próprios um conjunto de áreas que até há bem pouco tempo eram asseguradas por entidades contratadas e, portanto, esse valor, dizia eu, referente aos espaços verdes, bem como a uma área que se previa que era a transferência de recursos humanos nomeadamente para as senhoras que desempenham funções nas instalações sanitárias em Quarteira, essa transferência ou esse acordo não produziu efeitos em 2021, está inserido na transferência para 2022, portanto, esses valores foram deduzidos e é esse o objetivo, portanto, que está inserido nesta alteração ao contrato interadministrativo.-----

Temos aqui também uma alteração ao contrato interadministrativo com a Freguesia de Alte com o objetivo é o mesmo do que eu estava a referir referente agora à Freguesia de Quarteira, portanto, pressupõe um valor para a criação da estrutura para que a Freguesia de Alte se robusteça para receber a partir de 1 de janeiro de 2022 as competências que aceitou, portanto, isto está definido aí um valor para contratação de pessoal e aquisição de maquinaria e outro tipo de necessidades para essa estrutura de 252.000,00€ e um reforço que foi também definido com as demais freguesias que detém o serviço de ambulâncias um reforço de 7.500,00€, portanto, que é um contrato interadministrativo que tem um valor total de 259.000,00€, números redondos.-- Passando à alínea l) e última desta ordem de trabalhos, que é o auto de transferência para a Freguesia de Quarteira, portanto, é também o final do processo de transferência de competências para esta Freguesia, portanto é uma transferência de competências que contempla um valor global de 2.500.000,00€, também aqui houve alterações desde o início do processo até ao seu final, portanto, como há pouco já expliquei aquando do contrato interadministrativo houve algumas alterações, no auto está aqui inserido também uma alteração em relação aquilo que estava inicialmente previsto, a Junta de Freguesia com uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

intervenção que fez, e como há pouco também ouvimos do Deputado Fábio Nobre, com a criação de um Espaço de Cidadão e um conjunto de intervenções que fez e criou as condições para receber ainda este ano, a partir do dia 1 de julho, as competências que estão descritas nas alíneas que estão aí nos documentos, portanto, são chamadas competências mais administrativas de licenciamento de ocupação da via pública e outros licenciamentos dessa natureza, em que a partir de 1 de julho a Freguesia de Quarteira irá assumir essas competências, portanto, assim que for comunicado à DGAL essa transferência, a partir do dia 1 de julho essas alíneas já serão exercidas a partir deste ano pela Freguesia de Quarteira pelo que este valor que está de 77.000,00€ já foi também deduzido ao contrato interadministrativo que como já não vai ser transferido em 2021 pela Câmara Municipal será transferido diretamente pela DGAL. Dizer só em jeito de conclusão que neste momento, esperemos nós termos essa certeza, com a aprovação dos documentos que estamos aqui a trazer para vossa apreciação e deliberação, findamos o processo com 3 Juntas de Freguesia, portanto, que terminam o processo da sua transferência de competências, temos mais uma Junta de Freguesia, que aliás foi um assunto que foi retirado porque havia algumas incongruências que temos que corrigir, portanto, essa será provavelmente a próxima Freguesia a finalizarmos o processo e estamos em velocidade de cruzeiro com as restantes 5 Juntas de Freguesia para que brevemente possamos trazer também a esta Assembleia os processos de transferência.

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, referindo que congratulamos, de facto, com aquilo que está a acontecer na transferência de competências para as Juntas de Freguesia. De facto, as pessoas percebem que é as Juntas de Freguesia que mais estão próximo delas e quando têm alguma coisa para reclamar o primeiro que leva é a Junta de Freguesia, quando muitas das vezes não tem as competências para resolver esses problemas, tem que se socorrer da Câmara, com esta alteração da transferência de competências para as Juntas de Freguesia parece-me que grande parte dos problemas podem ser resolvidos. Cada qual entendeu como é que deveria fazer o pedido de transferência de competências, há quem faça, como eu digo, a tempo inteiro, outros a tempo parcial, serão satisfeitos com algumas coisas, outros satisfeitos com outras, mas parece-me que as 2 Juntas de Freguesia que pedem a transferência completa, a Junta de Freguesia de Alte e a Freguesia de Quarteira. De qualquer maneira quero saudar os Presidentes das Juntas que já pediram esta transferência, com certeza mais irão fazer e fazem muito tempo. Eu tenho apenas isto que o Executivo Municipal irá esclarecer-me esta questão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

que é em relação à transferência de competências para Quarteira, que é o seguinte. Até agora havia uma zona de intervenção da Inframoura que era na Quinta do Romão. O que eu pergunto é com a transferência de competências vai continuar a haver intervenção da Inframoura nesses sítios? Se não vai haver eu quero congratular-me com isso porque de facto parece-me que era unânime a sensação de que o trabalho que lá estava a ser feito não era o tal trabalho de excelência que se faz em Vilamoura, mas parece que não era aquele que estava a ser feito na Quinta do Romão. Por isso era essa a única explicação que eu quero e de facto congratular-me com esta transferência de competências e dizer que obviamente vamos votar favoravelmente todas estas propostas.-----

Respondeu o Senhor **Vereador Carlos Carmo**, que a área que está adstrita à Inframoura no âmbito da gestão que tem concessionada, portanto, essa área mantém-se, é na esfera da Inframoura. As áreas que referiu tinham sido postas a concurso e a Inframoura tinha ido a concurso e tinha ganho esse procedimento concursal. Portanto a transferência de competências pressupõe a cessação contratual da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, esses contratos ainda estão em vigor, vão findar, penso eu, hoje, a 30 de abril, portanto, a partir de amanhã serão novos contratos que já estão em vigor e esses contratos passarão para a Junta de Freguesia, seja a Inframoura, seja outra entidade que tenha ganho esses concursos.-----

Passou-se à votação;-----

e)- Proposta 19/2021- Deliberação relativa à Aprovação da 3.ª Alteração ao Acordo de Execução relativo a transferências de verbas para a Junta de Freguesia de Alte, no valor anual de 49.394,70€ (quarenta e nove mil, trezentos e noventa e quatro euros e setenta cêntimos), no âmbito da Delegação de Competências, para o mandato de 2018-2021, nos termos do disposto na alínea m) do n.º1 do art.º33.º da Lei n.º75/2013 de 12/09; [Proposta da Câmara Municipal n.º 288-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade.-----

f)- Proposta 20/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Acordo de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Alte, no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de Abril; [Proposta da Câmara Municipal n.º 289-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

g)- Proposta 21/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Alte; [Proposta da Câmara Municipal n.º 602-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade

A alínea h)- proposta 22/2021; foi retirada da Ordem de Trabalhos.

h)- Proposta 22/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de S.Clemente; [Proposta da Câmara Municipal n.º 603-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);

i)- Proposta 23/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de S.Sebastião; [Proposta da Câmara Municipal n.º 604-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade.

j)- Proposta 24/2021- Deliberação relativa à Aprovação da 5.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo a transferências de verbas para a Junta de Freguesia de Quarteira, no âmbito da Delegação de Competências para o mandato 2018-2021, no valor de 1.688.017,66€ (um milhão, seiscentos e oitenta e oito mil, dezassete euros e sessenta e seis cêntimos), nos termos do disposto na alínea m) do n.º1 do art.º33.º da Lei n.º75/2013 de 12/09; [Proposta da Câmara Municipal n.º 698-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade.

k)- Proposta 25/2021- Deliberação relativa à Aprovação da 2.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo a transferências de verbas para a Junta de Freguesia de Alte, no âmbito da Delegação de Competências para o mandato 2018-2021, no valor de 259.650,00€ (duzentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta euros), nos termos do disposto na alínea m) do n.º1 do art.º33.º da Lei n.º75/2013 de 12/09; [Proposta da Câmara Municipal n.º 699-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade.

l)- Proposta 26/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Quarteira; [Proposta da Câmara Municipal n.º 700-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

-----  
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

A 1ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

*[Handwritten signatures and a large flourish]*



## Assembleia Municipal de Loulé de 30 de Abril de 2021

Apresentado por  
maioria com  
1 desistido  
(Deputado José  
Greenero, PSD)  
30.4.2021

### VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO

No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é lembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão, os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora.

Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).

São famosas e sobejamente conhecidas as imagens dos líderes políticos que a ele acorreram em 1974, vindos do exílio, bem como de outras personalidades da área da música e da cultura, convenientemente silenciados e perseguidos pelo regime.

Portugal atravessa hoje um período muito complicado, com trabalhadores em lay-off, trabalhadores precários a serem despedidos ou ameaçados, falta de condições de higiene sanitária para trabalhar (locais de contacto com o público onde não são fornecidas luvas, nem máscaras para trabalhar) e um aumento generalizado de insegurança e desemprego.

A defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e todos.

Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido relembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno.

No nosso Município de Loulé são preocupantes as situações das trabalhadoras e dos trabalhadores da hotelaria e da restauração, do comércio – dentro e fora das grandes superfícies e dos serviços ligados ao lazer e à atividade turística.

**Assim, a Assembleia Municipal de Loulé, reunida a 30 de Abril de 2021, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:**

1. Saudar o 1º de Maio e fazer votos para que seja o momento agregador das várias gerações e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público.
2. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade que em defesa da nossa saúde asseguram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência;
3. Saudar o trabalho de todos os profissionais na área da saúde no combate à pandemia em curso, em particular a todo o SNS e seus profissionais;

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda